

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 06/07/2021	Página: 03
ICMS	

Tribuna

CRISE

Rui rebate críticas sobre aumento de gás e combustíveis



RUI COSTA rebateu ataques que vem sofrendo nas redes sociais a respeito do aumento do gás de cozinha e dos combustíveis para automóveis

O governador Rui Costa (PT) rebateu ataques que vem sofrendo nas redes sociais a respeito do aumento do gás de cozinha e dos combustíveis para automóveis. Nas redes sociais tem crescido a difusão de fake news de que o grande responsável pela escalada dos preços seria a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado.

Em coletiva de imprensa ontem, o gestor baiano sugeriu que apenas o impeachment do presidente Jair Bolsonaro será capaz de baixar os valores. "Eu sozinho não posso agir. Mas nós podemos. Ano que vem teremos uma grande oportunidade, trocando o presidente da República, teremos gasolina mais barata. É inadmissível

um gás de cozinha custar mais de 100 reais", discursou, durante a entrega da 18ª Policlínica Regional de Saúde, em Brumado.

Opetista também lamentou a onda de fake news que circula nas redes sociais. "Mais uma vez, são tantas calúnias e mentiras. Essa semana a deputada Lídice me mandou uma mensagem sobre preço de gás. Esse grupo da seita e da mentira estava espalhando que, dos 100 reais, o ICMS seria 30 ou 40 reais. A alíquota do ICMS do gás de cozinha não chega a 10%. Se o gás de cozinha custasse como custasse na época da Dilma e do Lula, o ICMS seria 3 reais apenas", explicou, declarando que a Bahia cobra o menor ICMS do gás de cozinha no Brasil.

"Ao invés de governar, eles, como não têm capacidade de governar, eles usam do único instrumento que sabem fazer: difundir calúnia e mentira. Não fizemos nenhuma mudança de ICMS na Bahia. Do gás de cozinha, cobramos o menor ICMS do Brasil. É escandaloso num país onde as pessoas são pobres as pessoas terem que pagar mais de 100 reais num gás de cozinha", completou.

Rui ainda rebateu os argumentos de que a Petrobras vem aumentando os preços dos combustíveis em função do mercado internacional. "A desculpa de que a Petrobras atende a apelo de mercado é absurda, porque em todo país do mundo combustível e energia é tratado como prioridade e segurança nacional.

Se implementa, seja nos Estados Unidos ou Europa, se implementa uma política para conter elevações absurdas de preço. O mundo inteiro faz isso".

"Só aqui que o povo está tendo que pagar esse preço absurdo. Não me lembro de um preço de gás tão caro como esse na minha existência. Se o preço da gasolina já incomoda, imagine o do gás. O da gasolina tudo bem, quem tem carro ou pega Uber e táxi vai pagar mais caro. Mas e o gás, que as pessoas precisam usar para comer? Aumentou o número de queimados, porque as pessoas estão usando álcool para cozinhar. Ou usando lenha, que agride o meio ambiente", lamentou. (HB)

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Política
Data: 06/07/2021	Página: --
ICMS	



Rui rebate críticas sobre aumento de gás e combustíveis

Rui Costa rebateu ataques que vem sofrendo nas redes sociais a respeito do aumento do gás de cozinha e dos combustíveis para automóveis

Tribuna da Bahia, Salvador

06/07/2021 06:00 | Atualizado há 3 horas e 38 minutos



Foto: Foto: Mateus Pereira/ GOVBA

Por Henrique Brinco

O governador Rui Costa (PT) rebateu ataques que vem sofrendo nas redes sociais a respeito do aumento do gás de cozinha e dos combustíveis para automóveis. Nas redes sociais tem crescido a difusão de fake news de que o grande responsável pela escalada dos preços seria a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado.

Em coletiva de imprensa ontem, o gestor baiano sugeriu que apenas o impeachment do presidente Jair Bolsonaro será capaz de baixar os valores. "Eu sozinho não posso agir. Mas nós podemos. Ano que vem teremos uma grande oportunidade, trocando o presidente da República, teremos gasolina mais barata. É inadmissível um gás de cozinha custar mais de 100 reais", discursou, durante a entrega da 18ª Policlínica Regional de Saúde, em Brumado.

O petista também lamentou a onda de fake news que circula nas redes sociais. "Mais uma vez, são tantas calúnias e mentiras. Essa semana a deputada Lídice me mandou uma mensagem sobre preço de gás. Esse grupo da seita e da mentira estava espalhando que, dos 100 reais, o ICMS seria 30 ou 40 reais. A alíquota do ICMS do gás de cozinha não chega a 10%. Se o gás de cozinha custasse como custasse na época da Dilma e do Lula, o ICMS seria 3 reais apenas", explicou, declarando que a Bahia cobra o menor ICMS do gás de cozinha no Brasil.

"Ao invés de governar, eles, como não têm capacidade de governar, eles usam do único instrumento que sabem fazer: difundir calúnia e mentira. Não fizemos nenhuma mudança de ICMS na Bahia. Do gás de cozinha, cobramos o menor ICMS do Brasil. É escandaloso num país onde as pessoas são pobres as pessoas terem que pagar mais de 100 reais num gás de cozinha", completou.

Rui ainda rebateu os argumentos de que a Petrobras vem aumentando os preços dos combustíveis em função do mercado internacional. "A desculpa de que a Petrobras atende a apelo de mercado é absurda, porque em todo país do mundo combustível e energia é tratado como prioridade e segurança nacional. Se implementa, seja nos Estados Unidos ou Europa, se implementa uma política para conter elevações absurdas de preço. O mundo inteiro faz isso".

"Só aqui que o povo está tendo que pagar esse preço absurdo. Não me lembro de um preço de gás tão caro como esse na minha existência. Se o preço da gasolina já incomoda, imagine o do gás. O da gasolina tudo bem, quem tem carro ou pega Uber e táxi vai pagar mais caro. Mas e o gás, que as pessoas precisam usar para cozinhar? Aumentou o número de queimados, porque as pessoas estão usando álcool para cozinhar. Ou usando lenha, que agride o meio ambiente. Então, o Governo do Estado não tem instrumento legal que possa coibir", lamentou.

O governador afirmou ainda que existe uma rede cartelizada de preços nas redes de distribuição de combustíveis. "Isso não é novidade. Historicamente, a Bahia sofre com essa estrutura cartelizada de preços, com pouca gente comercializando combustíveis. E eles, infelizmente, determinam os preços altos dos combustíveis. Infelizmente, nós não temos instrumentos legais, mas o governo tem", finalizou, defendendo ainda uma política macroeconômica para solucionar a questão.

Placas de final 9 e 0 tem desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto | Foto: Reprodução | Sefaz

Proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 podem aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, em cota única. Os prazos terminam nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente e as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última

parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso a situação não seja regularizada, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

É possível fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/07/21	



IPVA: DESCONTO EM PLACAS DE FINAL 9 E 0 ATÉ ESTE MÊS



admin 5 Julho, 2021

Os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 são os últimos que ainda podem aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021, em cota única. Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/07/2021	



Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 9 e 0

5 julho 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 são os últimos que ainda podem aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021, em cota única. Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz-BA](#), Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 9 e 0



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 são os últimos que ainda podem aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, em cota única. Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco

do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA, Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Vence neste mês desconto do IPVA para veículos de placas de final 9 e 0



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vence no final deste mês o prazo para o pagamento, com desconto de 5%, do **IPVA** de veículos com placas de final 9 e 0. Também acaba neste mês o período para a quitação do tributo para os donos de veículos com placas de final 5 e 6 que optarem pelo parcelamento ou o pagamento em uma cota. O alerta é da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), que reafirmou o calendário anual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, por meio do número do Renavam.

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Quem tiver dúvidas pode procurar o call center da Sefaz-BA, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou fixo). (bahia.ba)

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Tribuna

Petrobras aumenta preço da gasolina e do diesel

Gasolina vai ficar 6% mais cara nas refinarias a partir de amanhã, e o óleo diesel, 3,7%

FERNANDA NUNES
O ESTADO DE S. PAULO

A Petrobrás subiu os preços da gasolina e do óleo diesel pela primeira vez desde que o general Joaquim Silva e Luna assumiu a presidência da empresa, em abril deste ano. A gasolina vai ficar 6% mais cara, nas refinarias, a partir de amanhã, e o óleo diesel, 3,7%.

O reajuste acontece após meses consecutivos de alta do preço do petróleo, insumo utilizado pela Petrobrás. A estatal nega, no entanto, que estivesse segurando os preços dos combustíveis automotivos para ajudar o governo. O valor do gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha, também ficou mais caro, 6%. Essa é a sexta vez, no entanto, que o produto é reajustado.

A empresa diz que continua cobrando valores equivalentes aos dos importadores, que concorrem com ela pelo fornecimento interno.

Os critérios de reajuste seriam as variações da commodity nas principais bolsas de negociação e também do real frente ao dólar.

Além disso, a Petrobrás considera os custos logísticos dos seus competidores, que pagam pelo frete do navio para transportar os combustíveis até o Brasil e pela infraestrutura de armazenamento e escoamento dos produtos no mercado interno.

Ao mesmo tempo, a empresa diz que não pretende repassar para os consumidores volatilidades momentâneas provocadas por eventos pontuais no mercado internacional. Por isso, os reajustes da gasolina e do diesel estariam acontecendo em prazos mais longos, na atual gestão, segundo a empresa.

"O alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras", afirma a



Petrobrás, em nota.

Os argumentos da Petrobrás são, no entanto, refutados pela Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom). Segundo a entidade, a empresa acumulava uma defasagem elevada até anunciar o reajuste, nesta segunda-feira. O preço da gasolina estaria 12% abaixo dos do mercado internacional e o do di-

esel com 7,3% de diferença. Essa política estaria impedido a competição interna, de acordo com a associação.

"As defasagens calculadas pela Abicom não foram eliminadas, mas o anúncio de reajustes pela Petrobrás foi uma boa sinalização para o mercado", afirmou Sérgio Araújo, presidente da Abicom.

Nesta segunda, o barril da commodity subiu mais uma vez, com a notícia de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) não conseguiu chegar a um acordo sobre a retomada gradual de sua produção. Com isso, o contrato mais líquido do petróleo do tipo Brent, negociado em Londres, superou a marca de US\$ 77 pela pri-

ENTENDA

O reajuste acontece após meses consecutivos de alta do preço do petróleo. A Petrobrás não pôde segurar o aumento dos combustíveis

meira vez desde outubro de 2018.

GÁS DE COZINHA

Ao contrário do que acontece com os combustíveis automotivos, o preço do gás de cozinha permanece numa escalada de alta ao longo deste ano. O reajuste de 6% anunciado pela Petrobrás é o sexto desde janeiro. Com mais essa alta, o produto passa a custar R\$ 46,8 nas refinarias, R\$ 2,60 mais que em junho.

Por conta do apelo social do gás de cozinha, a cobrança de PIS e Cofins foi suspensa pelo governo. Isso não tem impedido, no entanto, que o combustível chegue a custar mais de R\$ 100 em algumas cidades. / COLABOROU GABRIEL BUENO DA COSTA

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

COMBUSTÍVEIS Os reajustes vigoram a partir de hoje e acompanham, segundo a empresa, a alta do valor do petróleo e derivados no mercado internacional

Petrobras sobe preço de gás de cozinha, gasolina e diesel

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 23.5.2019



Preço médio do gás de cozinha para distribuidoras passará a ser de R\$ 3,60 por quilo, alta de R\$ 0,20 por quilo

VINÍCIUS LISBOA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras anunciou ontem que vai aumentar os preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha (GLP) a partir de hoje. Segundo a estatal, os reajustes acompanham a elevação nos patamares internacionais de preços de petróleo e derivados.

Para a gasolina, o aumento médio será de R\$ 0,16 (6,3%), fazendo com que o litro do combustível saia de R\$ 2,53 e chegue a R\$ 2,69 nas

refinarias da estatal.

Já o diesel terá reajuste médio de R\$ 0,10 (3,7%) por litro, que passará a custar R\$ 2,81 nas refinarias da Petrobras.

A estatal anunciou ainda que o preço médio de venda do GLP para as distribuidoras passará a ser de R\$ 3,60 por quilo, refletindo um aumento médio de R\$ 0,20 por quilo.

A Petrobras afirma que evita repassar imediatamente a volatilidade externa aos preços do mercado interno, mas busca o equilíbrio de seus valores com o

mercado internacional e a taxa de câmbio. Segundo a estatal, tal alinhamento "é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes setores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras".

Consumidor final

Até chegar aos consumidores finais, os preços cobrados nas refinarias da Petrobras na venda às distribuidoras são acrescidos de impostos, custos para a mis-

tura obrigatória de biocombustível, margem de lucro de distribuidoras e revendedoras e outros custos.

"Para o GLP especificamente, conforme Decreto nº 10.638/2021, estão zeradas as alíquotas dos tributos federais PIS e Cofins incidentes sobre a comercialização do produto quando destinado para uso doméstico e enviado em recipientes de até 13 kg", explica a Petrobras, que acrescenta que, no caso do GLP, o preço final é acrescido do custo de envase nas distribuidoras.

BENEFÍCIO

Auxílio emergencial é prorrogado

PEDRO RAFAEL VILELA

Agência Brasil, Brasília

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem o decreto que prorroga por três meses o pagamento do auxílio emergencial à população de baixa renda afetada pela pandemia da Covid-19. Com isso, o benefício, que terminaria agora em julho, será estendido até outubro. De acordo com a Secretaria Geral da Presidência da República, o ato será publicado na edição de hoje do Diário Oficial da União (DOU).

Também foi editada uma medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário para custear o pagamento complementar do auxílio. No mês passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que o custo mensal do programa, que paga um benefício médio de R\$ 250 por família, é de R\$ 9 bilhões.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia da Covid-19. Ele foi pago

em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental e, depois, estendido até 31 de dezembro de 2020 em até quatro parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

Nova rodada

Neste ano, a nova rodada de pagamentos prevê parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo do perfil. As famílias, em geral, recebem R\$ 250; a família monoparental, chefiada por uma mulher, recebe R\$ 375; e pessoas que moram sozinhas recebem

R\$ 150.

Pelas regras estabelecidas, o auxílio será pago às famílias com renda mensal total de até três salários mínimos, desde que a renda por pessoa seja inferior a meio salário mínimo. É necessário que o beneficiário já tenha sido considerado elegível até o mês de dezembro de 2020, pois não há nova fase de inscrições. Para quem recebe o Bolsa Família, continua valendo a regra do valor mais vantajoso, seja a parcela paga no programa social, seja a do auxílio emergencial.

SAÚDE

Planos ganham 1 mi de usuários

AGÊNCIA BRASIL

Rio de Janeiro

Os planos de assistência médica registraram aumento de 154,1 mil beneficiários em um mês e de mais de um milhão em um ano, informou ontem a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em maio, o setor totalizou 48.137.767 usuários em planos de assistência médica e 27.681.068 em planos exclusivamente odontológicos.

No caso dos planos médico-hospitalares, em um

ano houve incremento de 1334.781 beneficiários, o equivalente a 2,77% de aumento em relação a maio de

O total de beneficiários é o maior registrado desde julho de 2016

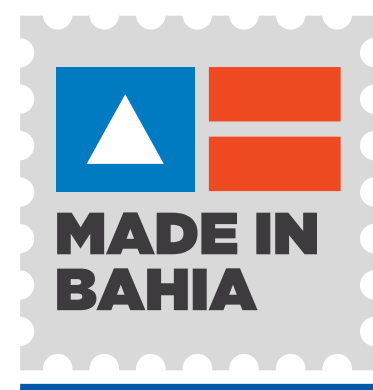
2020. No comparativo de maio com abril, o crescimento foi de 154,1 mil usuários.

Segundo a ANS, o total de beneficiários é o maior número registrado desde julho de 2016. Antes disso, só foi superado em junho daquele ano, quando o setor atingiu 48.266.704 beneficiários.

Já nos planos exclusivamente odontológicos, foi registrado aumento de 2.285.227 beneficiários em um ano, o que representa 8,26% de crescimento no período, e de 133.422 em um mês, no comparativo de maio com abril.

Entre os estados, comparando com abril de 2020, o setor registrou aumento de beneficiários em planos de assistência médica em 23 unidades federativas, sendo São Paulo, Minas Gerais e Paraná os que tiveram o maior ganho de beneficiários em números absolutos.

Entre os odontológicos, 27 unidades federativas registraram aumento no comparativo anual, sendo São Paulo, Minas Gerais e Paraná também os estados com maior crescimento em números absolutos.



Turismo: contagem regressiva para a retomada dos negócios. É preciso estar pronto!



ROBERTO DURAN

Presidente da Salvador Destination

O Turismo é certamente um dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19. Responsável por empregar, no país, cerca de três milhões de pessoas, com faturamento em 2019 de quase R\$ 240 bilhões, isto é, 8,1% do PIB brasileiro (dados do Ministério do Turismo), o setor sofre, como nenhum outro, as consequências desta crise sanitária.

Na Bahia, o turismo movimentava 52 segmentos da economia e responde por 20% da mão de obra formal no estado. Em Salvador, o volume de empregos é ainda maior, superando os 25%. Números que refletem a situação extremamente difícil pela qual passa o setor neste momento, com indefinição para o Réveillon e o Carnaval de 2022. Mesmo com o início da vacinação, em ritmo lento, o setor teme prejuízos incalculáveis, justamente quando apostava no início de sua redenção, a partir de 2020, depois de seis anos de profunda crise.

Ao contrário de outras atividades econômicas, que sofreram com reduções nas vendas ou na produção, o turismo parou, literalmente. A liberação de eventos científicos com até 50 pessoas fez com que os congressos programados para 2020 e transferidos para 2021 fossem cancelados ou adiados para 2022.

As políticas públicas de retenção de empregos, apoio às empresas e trabalhadores autônomos, com adiamento de impostos e criação de linhas de crédito, não alcançaram todas as empresas do setor, considerando que a maioria delas – no turismo – é formada por pequenos e médios empresários. Especificamente, urge medidas, como a isenção do recolhimento dos impostos e contribuições para o Simples Nacional (ISS e ICMS), parcelamento de dívidas e isenção dos tributos de IPTU e TFF.

O turismo terá que se reinventar, se reestruturar. O mundo não será o mesmo após a pandemia da Covid-19. Novos protocolos de segurança estão ainda sendo adaptados à nova realidade turística. É preciso estar pronto e atento às medidas governamentais locais para acesso ao "selo de garantia como destino seguro" e gerar confiança à decisão do visitante na escolha de Salvador para sua viagem.

A Salvador Destination mantém firme seu trabalho, cumprindo sua missão de promoção do destino Salvador, alimentando a memória afetiva daqueles que já visitaram a nossa cidade e dos que sonham visitá-la. A primeira capital do Brasil está no imaginário brasileiro e sul-americano.

Elaboramos campanhas promocionais em nossas redes sociais desde 17 de março de 2020, quando lançamos: "Não cancele, adie!", "Juntos, somos mais fortes!", "Salvador, mais que um destino, uma experiência!", alternando as imagens de nossos pontos e atrativos turísticos com as de riqueza cultural, histórica e gastronômica. Tudo isso para estarmos no pensamento de quem decide por um destino.

Estamos aqui, de braços abertos!

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

PANDEMIA Anúncio foi feito pelo prefeito em suas redes sociais, e medida unifica decretos municipais e estaduais

Prefeitura de Salvador prorroga medidas de restrição contra Covid-19 até 5ª-feira

BRUNO BRITO*

A Prefeitura de Salvador decidiu prorrogar, até quinta-feira, as medidas de combate à pandemia de Covid-19 vigentes na capital baiana. O anúncio, que ocorreu na tarde de ontem, feito pelo prefeito Bruno Reis (DEM) em suas redes sociais, teve o intuito de unificar os decretos municipais aos estaduais, e manteve o horário de funcionamento de shoppings centers, clubes sociais, construção civil e demais atividades. Também até quinta-feira, permanecem as medidas de proteção à vida em seis bairros da capital.

De acordo com a gestão municipal, as atividades comerciais, profissionais e esportivas seguirão as mesmas determinações vigentes de funcionamento, incluindo o toque de recolher, que ocorre das 22h às 5h.

"Todos os decretos municipais com medidas de combate ao novo coronavírus foram prorrogados até dia 8 de julho. Com isso, os decretos municipais ficam alinhados com o período dos decretos estaduais em vigência", declarou o prefeito Bruno Reis, na tarde de ontem, no Twitter.

Dessa forma, os shoppings centers, centros comerciais e similares seguem funcionando das 10h às 21h, enquanto restaurantes, bares, pizzarias e semelhantes podem operar das 11h às 21h30, com os clientes acessando os estabelecimentos até uma hora antes do fechamento, ou seja, às 20h30.

Já os serviços relacionados à construção civil seguem funcionando das 7h às 17h, as clínicas de estética das 7h às 20h, os escritórios

de contabilidade e similares das 10h às 19h, e as autoescolas das 10h às 20h. O comércio de rua fica aberto das 10h às 18h, e os salões de beleza, barbearias e simila-

Medidas de proteção à vida prosseguem em seis bairros da capital baiana

res das 10h às 20h, já as lanchonetes, das 7h às 15h.

Nos clubes sociais, recreativos e esportivos, o funcionamento segue de 6h às 21h durante a semana, enquanto aos sábados segue até 18h e, aos domingos, até 14h. Já nos cinemas, é mantida a abertura das 10h às 21h, enquanto os centros e espaços de exposições possuem horário livre para eventos científicos com até 50 pessoas.

O decreto também estendeu a proibição de qualquer ação que implique em emissão sonora, seja em logradouros públicos ou em estabelecimentos particula-

res. Mercados e supermercados do município estabelecerão horário especial de atendimento exclusivo para idosos, pessoas com diagnóstico de câncer e em uso de medicamentos imunossuppressores, das 7h às 9h.

Neste período, no entanto, seguem permitidos ao funcionamento, sem restrição de dias e horários, os serviços de saúde, supermercados, panificadoras, delicatessen, açougues e lojas de conveniência, farmácias e drogarias, agências bancárias, lotéricas, laboratórios de análises clínicas, postos de combustíveis, call cen-

ters, oficinas mecânicas e borracharias, cemitérios e serviços funerários, hotéis, pousadas e demais estabelecimentos de alojamento.

Também no hall de atividades sem restrições, estão academias de ginástica e similares, cursos livres, templos religiosos e igrejas, indústria e funcionalismo público não essencial.

Bairros

O decreto estendeu as medidas de proteção à vida nos bairros de Brotas, Lobato, Fazenda Grande do Retiro, Boca do Rio, São Caetano e São Marcos, onde a prefeitura

seguirá realizando testagem rápida, higienização das vias, distribuição de máscara e serviços de assistência social.

Nos bairros, as medidas acontecem a partir das 8h. Em Fazenda Grande, no final de linha de ônibus da Fazenda Grande do Retiro, na Quadra Poliesportiva. Já em São Marcos, a testagem ocorre na Gerência Regional de Educação (GRE)/Antigo Espaço Axé, Rua Pastor José Guilherme de Moraes, 7. No Lobato, a testagem ocorre no estacionamento da USF Joanes Leste, Conjunto Joanes Leste, Quadra 23, s/n. Já em São Caetano, ocorre na Quadra Poliesportiva de São Caetano, na Rua Manoel Fernandes. E, por fim, na Boca do Rio e em Brotas, a testagem ocorre no final de linha de ônibus.

Expectativa

Com a prorrogação das medidas restritivas, o setor de bares e restaurantes vive a expectativa de que flexibilizações sejam anunciadas, para que as empresas do ramo possam seguir atuando, como defende o presidente do Conselho da Regional Bahia da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-BA), Leandro Menezes.

"A Abrasel sempre será a favor dos protocolos, e da busca constante em oferecer ambientes seguros. Mas, mesmo com o relaxamento das restrições, ainda não existem condições mínimas de sobrevivência para as empresas. Estamos na expectativa da liberação da música ao vivo nos bares e restaurantes. Além de ser importante para o segmento, é imprescindível para os músicos, que, assim como nós, estão sofrendo bastante desde o início da pandemia", afirmou.



Adilton Venegeroles/ Ag. A TARDE

Bares, pizzarias e semelhantes podem operar até às 21h30, com acesso de clientes até uma hora antes, 20h30

SÍNDROME DE BURNOUT

"É um panorama sombrio", alerta médico



DA REDAÇÃO

Esgotamento físico e mental, insônia, mudanças bruscas no humor e dificuldade de concentração são alguns dos sintomas da Síndrome de Burnout, distúrbio psicológico caracterizado por um estado de exaustão extrema provocado por condições de trabalho desgastantes.

O médico psiquiatra Lúcio Botelho explica que é muito comum a síndrome em quem trabalha com atendimento ao público. "Professores, profissionais de saúde, policiais e bombeiros. Esses profissionais são mais predispostos ao acometimento dessa síndrome, que desenvolvem um trabalho com uma relação muito íntima com a prestação de serviço", disse em entrevista ontem, ao programa 'Isso é Bahia', de A TARDE FM.

De acordo com uma pesquisa realizada pela International Stress Management Association, 70% dos brasileiros sofrem as consequências do estresse e, destes, 30% são vítimas do Burnout. A pandemia também tem aumentado a pressão nos profissionais e elevado os índices de Burnout.

"É senso comum que há



Psiquiatra Lúcio Botelho foi o entrevistado de ontem do programa "Isso é Bahia"

Distúrbio apresenta estado de exaustão

um esgotamento nos profissionais, especialmente nos que estão na linha de frente do enfrentamento a Covid-19. Eles estão cada vez mais desgastados, porque parece que o problema não está diminuindo nesse um

ano e meio de pandemia, então é uma sensação frustrante, além do aumento da demanda de trabalho que gera o esgotamento físico e emocional. É um panorama sombrio", explica Botelho.

A Síndrome de Burnout

compartilha sintomas com a depressão e os transtornos de ansiedade, como insônia, fadiga, irritabilidade, tristeza, desinteresse, apatia, angústia, inquietação, prejuízos de atenção e memória. Para um diagnóstico, Lúcio Botelho explica que o Burnout deve ser empregado exclusivamente a fenômenos no contexto ocupacional e não devem aplicados para descrever experiências em outras áreas da vida.

Uma vez diagnosticado, o tratamento pode variar de pessoa para pessoa. "A abordagem, na maioria das vezes é de ordem psicológica e às vezes de ordem psiquiátrica também. É preciso entender essa relação do indivíduo com o trabalho para tentar quebrar esse ciclo de stress continuado, que é o que gera o problema. No momento que essa tensão constante é diminuída ou interrompida a pessoa tende a melhorar", elabora.

Ainda conforme Botelho, os esforços, dentro de um panorama inclusive mundial, há um investimento para que as políticas de trabalho sejam modificadas. "Para que não haja essa demanda tão progressivamente alta em relação ao trabalhador, melhorias na qualidade da assistência de saúde pública, especialmente de saúde mental, para diminuir as chances de um quadro como o Burnout", finaliza.

GRIFE

Prefeitura abre vacinação para público em geral

DA REDAÇÃO

A vacinação contra a gripe (influenza H1N1) em Salvador foi aberta para todas as pessoas acima de seis meses de idade. O anúncio foi feito pela Prefeitura de Salvador ontem, e ocorreu após o Ministério da Saúde recomendar a ampliação da faixa etária devido à baixa adesão à campanha feita em todo o país.

A população pode se vacinar de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 8h às 16h em todas as 107 salas de imunização, além do drive-thru do Shopping Barra. Conforme a Prefeitura, até o momento, pouco mais de 316 mil indivíduos foram imunizados em Salvador, o que corresponde a apenas 32% do público eletivo estimado no início da estratégia.

A imunização contra influenza ajuda a evitar uma sobrecarga ainda maior do sistema de saúde, bem como as complicações, internações e mortalidade decorrentes das infecções pelo vírus da gripe. Além disso, os sintomas de gripe e Covid-19 são parecidos, o que torna a vacinação importante para excluir ou considerar a doença. Pessoas devem obedecer um intervalo de 14 dias entre os imunizantes da gripe e Covid-19.

Auxílio emergencial será pago por mais 3 meses

BENEFÍCIO O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem o decreto que prorroga por três meses o pagamento do auxílio emergencial à população de baixa renda afetada pela pandemia da covid-19. Com isso, o benefício, que terminaria agora em julho, será estendido até outubro. De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência da República, o ato será publicado na edição de hoje do Diário Oficial da União (DOU).

O Ministério da Cidadania informou que serão mantidos os valores pagos atualmente: pessoas que moram sozinhas receberão R\$ 150 por mês; mulheres chefes de família terão R\$ 375 por mês; e demais beneficiários: R\$ 250 por mês. O calendário completo de pagamento ainda precisa ser divulgado pela

As novas parcelas do auxílio serão pagas em agosto, setembro e outubro; valores vão variar de R\$ 150 a R\$ 375

Caixa Econômica Federal, responsável por fazer os depósitos.

Os pagamentos são feitos por meio de conta poupança digital da Caixa Econômica, que pode ser movimentada pelo aplicativo Caixa Tem. Os beneficiários do Bolsa Família recebem pelo cartão do programa.

Também foi editada uma medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário para custear o pagamento complementar do auxílio. No mês passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que o custo mensal do programa, que paga um benefício médio de R\$ 250 por família, é de R\$ 9 bilhões.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia da covid-19. Ele foi pago

em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental e, depois, estendido até 31 de dezembro de 2020 em até quatro parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

Neste ano, a nova rodada de pagamentos prevê parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo do perfil.

Pelas regras estabelecidas, o auxílio será pago às famílias com renda mensal total de até três salários mínimos, desde que a renda por pessoa seja inferior a meio salário mínimo. É necessário que o beneficiário já tenha sido considerado elegível até o mês de dezembro de 2020, pois não há nova fase de inscrições.

Para quem recebe o Bolsa Família, continua valendo a regra do valor mais vantajoso, seja a parcela paga no programa social, seja a do auxílio emergencial.

INDICADORES

Câmbio

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0868	R\$ 5,0878
Dólar Turismo	R\$ 5,507	R\$ 5,24
Euro turismo	R\$ 5,967	R\$ 6,247

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	126.920,05	-0,95%

POUPANÇA

6/7/2021	0,1559%
----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,38%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

MULTA

R\$ 5,1 milhões é o valor da multa que o banco BMG terá que pagar por fraudes financeiras como oferta abusiva e contratação de empréstimos consignado com uso indevido de dados pessoais de idosos.

Prova de vida: INSS divulga novo calendário

PREVIDÊNCIA O INSS divulgou novo calendário para segurados fazerem a prova de vida e não terem os benefícios suspensos. O calendário novo inclui os meses de janeiro a agosto de 2022 para quem tem que fazer a comprovação entre maio de 2021 e julho de 2022.

Quem tinha que provar que estava vivo em maio e junho do ano passado terá que fazer o procedimento até 31 de julho para não ter o benefício suspenso. O cronograma da prova de vida anterior ia até dezembro deste ano para quem precisava ter feito a prova de vida

até abril deste ano.

O segurado que quiser se antecipar ao calendário pode fazer a prova de vida antes. A prova de vida é obrigatória para aposentados e pensionistas que recebem benefícios por meio de conta corrente, poupança ou cartão magnético.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Crise hídrica e outras confusões

Sair da negação e falar a verdade. Esse é o primeiro passo para o país enfrentar a crise hídrica. Há 20 anos foi assim e deu certo. O governo Bolsonaro permanece negando a gravidade da falta de água. Fez uma MP para criar um comitê de gestão, que pode tudo menos decidir pelo racionamento. Ontem foi anunciado aumento dos combustíveis, isso também afetará a tarifa de energia. A inflação sobe, a popularidade despenca, a CPI revela desmandos e corrupção e o governo tem medo de dizer a verdade sobre a crise hídrica.

A crise de 2001 foi provocada pela falta de planejamento, mas apesar de ser conhecido com "o apagão", transformou-se num "case" de sucesso de gestão. Um dos gestores daquela crise de 2001 foi David Zylbersztajn, que na época era presidente da Agência Nacional do Petróleo. Ele compara:

"Tem agora uma repetição do erro do passado que foi entrar em negação, no início. Mas lá o sinal vermelho apareceu em maio. No dia primeiro de junho foi decretado o racionamento. Agora estamos em julho, o período seco está mais agudo e já perdemos mais de um mês em relação à ação tomada em 2001".

Ele acha que o risco de racionamento está muito alto, muito além do aceitável. A grande vantagem é que em 2001 mais de 80% da energia consumida no Brasil era hidráulica. Agora, um pouco mais de 60%. Foram desenvolvidas as energias eólica e solar, juntas têm mais de 10%, e continuam crescendo. Além disso, foi instalado o parque térmico de energia fóssil, e essas usinas, apesar de serem caras e sujas, foram colocadas no sistema. Tudo isso atenuou o problema, mas ao mesmo tempo, aumentou o uso competitivo da água.

As hidrelétricas mais velhas eram com reservatórios, e as que foram construídas depois são a fio d'água. Nos anos 80 chegou a haver planejamento plurianual para cinco anos.

"Agora não tem nem para um,

E nem tem como ser diferente. Pegue Belo Monte, o lago que estava previsto iria inundar aldeias indígenas e uma parte da cidade de Altamira. Belo Monte segurou a produção de energia até agora, mas vai começar a cair drasticamente", disse David.

A construção da usina produziu um grande estrago ambiental mesmo sendo sem o reservatório previsto. E tem uma oscilação na capacidade de produção enorme, que começa a declinar justamente agora no período mais seco. Em agosto e setembro estará gerando em torno da metade da sua capacidade. O que mudou fortemente nesse período de vinte anos foi a eólica que chegou a segurar, em alguns dias, 100% da demanda do Nordeste. A escassez é principalmente no Sudeste, onde

está 60% a 70% da acumulação necessária do Brasil todo.

"O sistema de transmissão está mais parrudo hoje do que era em 2001, mas o problema é manter a transmissão nos horários de pico. O governo tinha que conseguir deslocar o horário de pico, ou, como se diz na pandemia, achatar a curva", explica David.

E como fazer isso? Como foi feito em 2001, quando o governo abriu o jogo e falou claro. Sob o comando do então ministro chefe da Casa Civil, Pedro Parente, o governo admitiu o tamanho do problema, assumiu o seu erro, e passou a mobilizar a sociedade.

Um livro lançado recentemente conta o que foi aquele período. "Curto-Circuito", de Roberto Rockmann e Lucio Mattos.

"Uma coisa que fizemos naquela época foi distinguir os consumidores. A bandeira vermelha não pode ser para todo mundo, tem que ser para quem consome mais. Quem tem renda baixa, será muito prejudicado. O pequeno negócio, também".

O que fez a diferença em 2001 foi um ambiente de diálogo permanente com o país. Parente e todos os integrantes da Câmara que geriu a crise falavam o tempo todo, com a imprensa, com todos os setores envolvidos. Viu uma mobilização nacional. O consumo demorou uns sete anos para voltar ao que era porque o país ficou mais eficiente.

"Ninguém tinha visto aquilo, reduzir a carga de um país em 20% pelo lado da demanda. Essa conversa franca com a sociedade ajudou. É como se a população dissesse, "vocês têm culpa, mas eu vou ajudar". O sinal econômico funcionou, quem reduziu o consumo pagava menos", conta David.

Agora, o governo prefere dizer que não vai ter racionamento. Só poderá evitá-lo se tomar as medidas certas. E nada será resolvido à moda militar, mas sim pela boa gestão. Se oracionamento for necessário e não for decretado, aí sim o país viverá um apagão.

ECONOMIA

Gasolina, gás de cozinha e diesel ficam mais caros

COMBUSTÍVEIS A Petrobras informou ontem que vai reajustar o preço dos combustíveis a partir de hoje. É o primeiro aumento realizado na gestão do general Joaquim Silva e Luna. Os preços médios de venda de gasolina e diesel da Petrobras para as distribuidoras passarão a ser de R\$ 2,69 e R\$ 2,81 por litro, o que significa reajustes médios de R\$ 0,16 (6,3%) e R\$ 0,10 por litro (3,7%), respectivamente.

A estatal também anunciou que o preço médio de venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) para as distribuidoras passará a ser de R\$ 3,60 por kg, um aumento médio de R\$ 0,20 (6%) por kg.

Para o GLP especificamente, conforme

A Petrobras diz que evita repassar imediatamente a volatilidade externa aos preços do mercado interno

Decreto nº 10.638/2021, estão zeradas as alíquotas dos tributos federais PIS e Cofins incidentes sobre a comercialização do produto quando destinado para uso doméstico e envasado em recipientes de até 13 kg", explica a Petrobras, que acrescenta que, no caso do GLP, o preço final é acrescido do custo de envase nas distribuidoras.

A Petrobras afirma que evita repassar imediatamente a volatilidade externa aos preços do mercado interno, mas busca o equilíbrio de seus valores com o mercado internacional e a taxa de câmbio. Segundo a estatal, tal alinhamento "é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes setores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras".

O repasse dos reajustes

nas refinarias aos consumidores finais nos postos não é garantido, e depende de uma série de questões, como margem da distribuição e revenda, impostos e adição obrigatória de etanol anidro e biodiesel.

Em junho, a Petrobras reduziu o preço da gasolina em 2%, mas manteve o do diesel. No acumulado do ano, o diesel da Petrobras subiu cerca de 40% enquanto a gasolina avançou 46%. Os reajustes refletem a alta do petróleo no mercado internacional. Ontem, o barril da commodity é negociado em Londres a quase US\$ 76.

Em abril, o general Joaquim Silva e Luna assumiu o comando da estatal depois que o presidente Jair Bolsonaro fez uma série de críticas aos reajustes de preços de combustíveis praticados na gestão de Roberto Castello Branco.

AGU GARANTE LEILÃO PARA CONCESSÃO DA BR-163

RODOVIA A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que conseguiu derrubar a liminar que estava impedindo a realização do leilão de concessão da BR-163 entre os estados de Mato Grosso e do Pará. Com a decisão, que foi proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o leilão está confirmado para quinta-feira e deve gerar R\$ 1,8 bilhão de investimentos. No leilão, serão concedidos à iniciativa privada 970 quilômetros do trecho da rodovia entre os municípios de Sinop (MT) e Miritituba (PA).

PESQUISA

5,18%

é a previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central. Já a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, deste ano subiu de 5,97% para 6,7%

Pernambucanas inaugura loja em Teixeira de Freitas hoje

VAREJO A Pernambucanas inaugura hoje sua segunda unidade na Bahia, na cidade de Teixeira de Freitas, intensificando a capilaridade de produtos e serviços por todo o país. Recentemente, a marca chegou ao Nordeste, abrindo sua primeira loja no Shopping Bela Vista, em Salvador.

A unidade possui 1.089 m²

e gerou 20 empregos diretos. O espaço conta com um portfólio de produtos que vão desde vestuário feminino, masculino e infantil, itens de lar como cama, mesa e banho, além de eletroportáteis, telefonia e informática. A loja também conta com as novas categorias de produto da marca com itens de lar e vestuário para bebês,

linha pet, bijuterias e brincos. Os clientes também podem conferir as novidades do Espaço Beleza, área dedicada a produtos das marcas Jequití e Multi B (Vult, Eudora e Australian Gold).

A nova loja, assim como as demais, segue todas as recomendações dos órgãos oficiais com um rigoroso protocolo de segurança.

Josué Gomes da Silva é o novo presidente da Fiesp

ELEIÇÃO O empresário Josué Gomes da Silva foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) nesta segunda-feira (5). Ele concorreu em chapa única e recebeu 97% dos votos.

Josué comandará a instituição de 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2025. Ele vai substituir Paulo Skaf, que ocupa a presidência da Fiesp desde 2004.

Além de Josué, a nova diretoria da Fiesp será composta pelos empresários Rafael Cervone (1º vice-presidente), Dan Ioschpe (2º vice-presidente) e Marcelo Campos Ometto (3º vice-presidente).

Empresário da Conteminas, Josué Gomes da Silva é filho do ex-vice-presidente José Alencar. Em 2014, Josué foi candidato ao Senado por Minas Gerais pelo MDB, mas foi derrotado por Antonio Anastasia.

Em paralelo, também no prédio da Avenida Paulista e nas 42 regionais espelhadas pelo estado, também aconteceu a eleição para a presidência do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. No Ciesp, foi eleito para a presidência Rafael Cervone, apoiado por Paulo Skaf.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATA
CNPJ Nº: 14.235.253/0001-59

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021

O Município de Ubata - Bahia, por intermédio de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 185/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura do Pregão Eletrônico Nº 013/2021 que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ACESSO À INTERNET, com fulcro no Decreto Municipal nº 397/2020, na Lei 13.979/2020 e demais normas que regem a matéria. Recebimento das propostas: até 16/07/2021 às 09h00min. Abertura das propostas: 16/07/2021 às 09h00min. Início da sessão de disputa de preços: 16/07/2021 às 10h00min. O Pregão será realizado em sessão pública online, através do site www.licitacoes-e.com.br. Edital também disponível no endereço: <https://www.ubata.ba.gov.br/licitacoes>. Informações pelo e-mail: licitubata@realmail.com. Igor Bastos Rocha Melo - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2021 O município de Itabuna comunica a abertura do Pregão Eletrônico Nº 0017/2021 para Prestação de Serviços de Instalação, Importação de Dados, Implantação, Cessão de Uso e Atualização de Ferramenta Tecnológica para a Finalidade de Armazenamento Digital dos Arquivos Pertinentes a Administração, Recursos Humanos, Tributos e Documentos de Prestação de Contas com Adequação e Organização para envio via E-TCM, Incluindo-Se o Treinamento, Pós-Capacitação, Organização Documental na Preparação e Adequação do Ambiente de Trabalho para Digitalização com Funcionamento Local e via Internet, com Licitação de Scanner. Recebimento das propostas até 19/07/21 às 08:30h - abertura das propostas 19/07/21 às 09:30h. Início da sessão de disputa de preços 19/07/21 às 11:30h. O edital poderá ser adquirido através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou do www.itabuna.ba.gov.br/diariooficial.html. Licitação BB nº 881805. Informações no Departamento de Licitações ou através do e-mail: itabunalicita@prefeitura.de.itabuna.com.br. Itabuna, Bahia, 05 de julho de 2021. Carlos Alberto B. Marques - Pregoeiro Designado.

PEDIDO DE LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO

À CLARO S.A, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0081-21 torna público que está requerendo ao Instituto de Meio Ambiente - IMA a LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO para torre de telefonia móvel (BAFSA48), localizada na Rua Castanhedo - Conceição II - Feira de Santana/BA.

Sérgio Bahia Corrêa Junior.
Coordenador de Implantação

PEDIDO DE LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO

À CLARO S.A, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0081-21 torna público que está requerendo ao Instituto de Meio Ambiente - IMA a LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO para torre de telefonia móvel (BAFSA50), localizada na Rua Antonio Torres Coelho, SN - Gabriela - Feira de Santana/BA.

Sérgio Bahia Corrêa Junior.
Coordenador de Implantação

PEDIDO DE LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO

À CLARO S.A, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0081-21 torna público que está requerendo ao Instituto de Meio Ambiente - IMA a LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO para torre de telefonia móvel (BAFSA49), localizada na Rua Itabuna, QD II - Lote 09 - Jardim Cruzeiro - Feira de Santana/BA.

Sérgio Bahia Corrêa Junior.
Coordenador de Implantação

PEDIDO DE LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO

À CLARO S.A, inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0081-21 torna público que está requerendo ao Instituto de Meio Ambiente - IMA a LICENÇA UNIFICADA DE OPERAÇÃO para torre de telefonia móvel (BAFSA55), localizada na Rua Porto Sul, SN - ao lado da casa 85 - Calumbi - Feira de Santana/BA.

Sérgio Bahia Corrêa Junior.
Coordenador de Implantação

Gil Santos

REPORTAGEM

gilvan.santos@redebahia.com.br

Disputa por patrimônio milionário

Justiça impede a venda de terrenos que juntos valem quase R\$ 700 milhões

A venda dos terrenos da Rodoviária, Detran e antigo Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, virou motivo de disputa judicial. Juntos, os espaços, que são do governo do estado, valem mais de R\$ 700 milhões. Ao menos, segundo corretores consultados pelo CORREIO, sem considerar as áreas construídas, o terreno do Centro de Convenções tem cotação do mercado em torno de R\$ 300 milhões e o da Rodoviária, R\$ 350 milhões. O do Detran não foi cotado.

O projeto de lei que autoriza o governo do estado a vender esses e mais 24 imóveis públicos seria votado hoje, mas devido a uma liminar judicial, a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) teve que retirar a matéria da pauta. O governo tem dez dias para se manifestar. O motivo do imbróglio é a falta de informações detalhadas sobre os imóveis.

O pedido da liminar foi do deputado Hilton Coelho (Psol) e o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) publicou a decisão no dia 1º, favorável ao parlamentar. O PL nº 24.160/2021 foi protocolado na Alba em 28 de abril, e o governo pediu urgência na tramitação. O projeto pede autorização do Legislativo para que o Executivo possa vender 27 imóveis públicos, na capital e interior, e apresenta tabela com o número, o código do Sistema de Controle de Bens Imóveis (Simov), a denominação e o endereço dos imóveis.

Parlamentares e entidades de classe sentiram falta de informações, como mapas locais, perímetro, poligonais, valor de mercado, usos anteriores, entre outras. O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil na Bahia (IAB), Luiz Antônio de Souza, contou que antes de autorizar a alienação das áreas é preciso elaborar Plano Urbanístico devido ao tamanho dos terrenos.

“Na verdade, a gente nem deve chamar de terreno, são glebas. Juntos, a rodoviária, o Detran e o Centro de Convenções têm 380 m². Não se pode negociar uma área desse tamanho sem um planejamento urbanístico”, disse.

Souza afirmou que, além da falta de um plano, o PL não explica como as áreas serão vendidas. Em maio, quando



Mapa mostra área (em amarelo) que seria vendida



Terreno do Detran está na lista, mas governo não disse para onde vai o órgão

tomou conhecimento do projeto, ele enviou ofício ao governo do estado solicitando mais informações, mas disse que ainda aguarda retorno.

“É a maior centralidade que existe na cidade, vai da Rótula do Abacaxi até Pernambuco, passando por estação de transbordo, e em frente a edifícios que são grandes geradores de tráfego. Quem comprar vai buscar retorno financeiro, mas qual será o impacto disso naquela região? O estado vai vender pelo maior valor, mas o maior valor não é vender a gleba inteira. Esses pontos precisam ser discutidos”, afirmou.

O IAB junto com representantes de grupos de pesquisa da Universidade Federal da Bahia (Ufba), da Universidade Católica do Salvador (Ucsal), do Instituto Brasileiro de Direitos Urbanísticos e de outras cinco entidades de classe solicitaram que a Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Alba realizasse uma audiência pública para discutir o projeto.

O CORREIO teve acesso à resposta enviada pela Comissão às entidades. No documento, a Comissão informa que não conseguiu obter junto à Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb) as informações consideradas essenciais para discutir o projeto em audiência pública.

“Em resposta aos três ofícios que encaminhamos, a

Saeb nos encaminhou um ‘documento técnico’ que não continha as informações referidas e, após reiterarmos a solicitação, informou que não as tem para os imóveis listados no PL, mas que pretende gerá-las com os processos de ‘regularização’ que serão realizados após a eventual aprovação do PL na Alba e antes da realização do certame licitatório (leilão) dos imóveis”, diz o ofício enviado para as entidades.

Ao CORREIO, o governo do estado, através de sua assessoria de comunicação, explicou que “não há plano urbanístico e não há obrigação legal. A alienação de imóveis é uma discricionariedade legítima da lei municipal de uso do solo”, diz o texto enviado pela assessoria.

No caso da sede do Detran, ao ser perguntado para onde iria o órgão, o governo respondeu que “o Detran ainda está estudando novas áreas para remanejamento da sede que fora esvaziada, pois o atendimento ao público foi transferido para o SAC Shopping da Bahia”.

O projeto tem quatro artigos, o 3º afirma que os recursos arrecadados com as alienações serão aplicados na capitalização do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos (Funprev) e em outros investimentos.

Desembargador identificou ‘vícios formais’ no projeto

O caso dos 27 imóveis em Salvador e no interior que o governo pretende vender foi apreciado pelo desembargador Paulo Alberto Nunes Chenaud, do Tribunal de Justiça da Bahia, e a decisão publicada na quinta-feira, 01 de julho. No texto, o magistrado destaca que o projeto enviado à Assembleia Le-

gislativa se trata de “futura licitação envolvendo bens públicos na casa dos bilhões de reais”.

O magistrado afirma também que as informações do PL são superficiais e que ele “encontra-se eivado de vício formal, vez que tramitando sem o fornecimento de informações indispensáveis aos

parlamentares para o exame dos bens imóveis que o ente estatal pretende alienar”.

Após analisar o pedido, o desembargador concluiu que os questionamentos no pedido de liminar para suspensão da votação do PL fazem sentido. “Defiro parcialmente a medida liminar pleiteada para determinar a autoridade

impetrada, Governo do Estado da Bahia, a apresentação, no prazo de 10 dias, das informações requeridas pelo impetrante em ofícios endereçados aos impetrados e acostados aos autos”.

Questionado sobre o motivo das informações solicitadas não constavam do projeto enviado à Assem-

bleia Legislativa, o governo do estado respondeu que o PL seguiu um modelo padrão anteriormente já praticado pelo estado.

A Secretaria Estadual de Administração (Saeb) ainda não se pronunciou sobre a liminar. Procurada, a Alba não informou também se vai recorrer da decisão.

Tribuna

Raio Laser

Clivagem

Para petistas e aliados do governo, está clara a existência de uma clivagem no grupo que comanda o governo do estado, marcada, de um lado, por uma aliança tática entre o governador Rui Costa (PT) e o vice-governador, João Leão, e de outro, pelo senador Jaques Wagner (PT) e o seu colega senador Otto Alencar (PSD). Tudo por causa da sucessão de 2022.



Jaques Wagner

Duplas

Na visão dessa turma, enquanto Wagner e Otto formam uma espécie de paredão que combina o jogo pelo qual o primeiro sairá ao governo e o segundo, ao Senado, Leão força a passagem, com um consentimento tácito de Rui, para disputar o governo com o objetivo de, na verdade, negociar o comando do Estado por nove meses, por meio da renúncia do governador para disputar o Senado, com o que o senador petista não concorda.

Auxílio

Após o presidente Jair Bolsonaro assinar a Medida Provisória que prorroga o auxílio emergencial por mais três meses, até outubro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a prometer a ampliação do Bolsa Família ainda este ano. Segundo o ministro da Cidadania, João Roma, o novo programa social do governo será lançado em novembro.

“Estamos prorrogando o auxílio emergencial por mais três meses enquanto acertamos o novo valor do Bolsa Família para o ano que vem”, disse Bolsonaro em breve cerimônia em seu gabinete.



Paulo Guedes

Governo anuncia prorrogação do auxílio emergencial por 3 meses

G1

O governo federal anunciou nesta segunda-feira (5) a prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses. O benefício acabaria em julho e, com a prorrogação, também será pago em agosto, setembro e outubro. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, o decreto de prorrogação já foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. Na nota em que anunciou a medida, contudo, o governo não informou os valores das parcelas.

Pela regra em vigor, os valores do auxílio variam conforme a composição familiar: pessoas que moram sozinhas: R\$ 150 por mês; mulheres chefes de família: R\$ 375 por mês; demais beneficiários: R\$ 250

por mês. O calendário completo de pagamento ainda precisa ser divulgado pela Caixa Econômica Federal, responsável por fazer os depósitos. Os pagamentos são feitos por meio de conta poupança digital da Caixa, que pode ser movimentada pelo aplicativo Caixa TEM.

Além do decreto, o governo anunciou nesta segunda-feira a edição de uma medida provisória a fim de abrir crédito extraordinário para o Ministério da Cidadania. Medidas provisórias têm força de lei assim que publicadas no "Diário Oficial da União". Precisam, no entanto, ser aprovadas pelo Congresso em até 120 dias para se tornar leis em definitivo. Despesas pagas via crédito extraordinário ficam fora do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas da União.

Tribuna

Hospital Octávio Mangabeira passará por grande reforma

LILY MENEZES
REPORTER

Após quase oitenta anos de sua inauguração para atendimento de pacientes com tuberculose, em 1942, o Hospital Especializado

Octávio Mangabeira será reformado e modernizado pelo Governo da Bahia. É a primeira vez em que o centro de saúde estadual situado no bairro da Caixa d'Água receberá uma intervenção deste porte, cujas obras começarão em 12 de julho e devem durar dez meses, de acordo com a Sesab. O investimento previsto é de R\$ 30 milhões e a lista de reparos envolve a substituição de toda a rede elétrica

e hidráulica, banheiros nas enfermarias e novas torres de elevadores, além da construção de mais leitos de UTI e um novo centro cirúrgico, adequando a unidade às normas vigentes do ambiente hospitalar. Ao final das obras, 168 vagas serão disponibilizadas à população, sendo 39 para casos mais graves, além de enfermarias dedicadas aos pacientes de cirurgia torácica, de cabeça e pescoço e oncologia.

Atualmente, o Octávio Mangabeira possui 830 funcionários em sua equipe, que serão realocados para outras unidades geridas pela Sesab seguindo a linha de atuação. A pasta nega a possibilidade de desativação do hospital, ressaltando que o atendi-

to seguirá na normalidade no Ambulatório de Pneumologia, que recebe cerca de 4 mil pacientes por mês entre portadores de fibrose cística, asma grave, tuberculose, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e pessoas que sofrem com as sequelas pós-covid. "Quando o Hospital Especializado Octávio Mangabeira for reaberto, a unidade seguirá seu perfil atual. Não há razão para temor, nem para alimentar boatos de fechamento definitivo", diz a Sesab. Durante a obra, o Instituto Couto Maia receberá as pessoas diagnosticadas com tuberculose ou HIV que necessitarem de internação.

Também permanece em funcionamento normal o serviço de bioimagem e o labo-



Foto: Romildo de Jesus

MODERNIZAÇÃO

Após quase 80 anos de inaugurado, essa será a primeira grande obra do hospital

ratório especializado, que oferece exames como o teste do suor, técnica de coleta não invasiva considerada padrão ouro no diagnóstico da fibrose cística; juntamente com o Hospital das Clínicas, o Octávio Mangabeira é o único a oferecer este tipo de

exame de forma gratuita na Bahia. Já os serviços de infectologia clínica, vascular e cirurgia torácica serão incorporados por outras unidades da rede estadual em Salvador, para garantir que nenhum paciente fique desassistido. Para quem já usou os serviços do

hospital, a obra é mais do que bem-vinda. "Estava precisando mesmo, é um excelente hospital. Meu filho teve uma pneumonia e quase morreu por causa da infecção, mas logo foi regulado e teve um excelente tratamento", elogiou a empreendedora Carla Rodrigues.

Veículo: Bocão News	
Data: 06/07/21	



ECONOMIA E MERCADO

Preços da gasolina, diesel e gás aumentam a partir desta terça nas refinarias



06 de Julho de 2021 às

09:47 Por: Marcelo Camargo/Agência Brasil Por: Agência Brasil

Os preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha (GLP) sobem nesta terça-feira (6) nas refinarias. De acordo com a Petrobras, a gasolina aumenta, em média, R\$ 0,16 (6,3%), fazendo com que o litro do combustível saia de R\$ 2,53 e chegue a R\$ 2,69.

O diesel tem médio de R\$ 0,10 (3,7%) por litro, e passa a custar R\$ 2,81 nas refinarias da Petrobras. O gás de cozinha (GLP) para as distribuidoras sobe R\$ 3,60 por quilograma (kg), refletindo um aumento médio de R\$ 0,20 por kg.

Segundo a Petrobras, os reajustes acompanham a elevação nos patamares internacionais de preços de petróleo e derivados.

A empresa informa também que evita repassar imediatamente a volatilidade externa aos preços do mercado interno, mas busca o equilíbrio de seus valores com o mercado internacional e a taxa de câmbio.

Segundo a estatal, tal alinhamento "é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes setores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileira".

Até chegar aos consumidores finais, os preços cobrados nas refinarias da Petrobras na venda às distribuidoras são acrescidos de impostos, custos para a mistura obrigatória de biocombustível, margem de lucro de distribuidoras e revendedoras e outros custos.

"Para o GLP especificamente, conforme Decreto nº 10.638/2021, estão zeradas as alíquotas dos tributos federais PIS e Cofins incidentes sobre a comercialização do produto quando destinado para uso doméstico e envasado em recipientes de até 13 kg", explica a Petrobras, que acrescenta que, no caso do GLP, o preço final é acrescido do custo de envase nas distribuidoras.

Classificação Indicativa: Livre

Veículo: Varela net	
Data: 06/07/21	



CIDADE

Preços da gasolina, diesel e gás aumentam hoje nas refinarias

Diesel tem média de R\$ 0,10 (3,7%) por litro, e passa a custar R\$ 2,81 nas refinarias da Petrobras



Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil | Por Agência Brasil no dia 06 de julho de 2021 às 08:41

Os preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha (GLP) sobem nesta terça-feira (6) nas refinarias. De acordo com a Petrobras, a gasolina aumenta, em média, R\$ 0,16 (6,3%), fazendo com que o litro do combustível saia de R\$ 2,53 e chegue a R\$ 2,69.

O diesel tem média de R\$ 0,10 (3,7%) por litro, e passa a custar R\$ 2,81 nas refinarias da Petrobras. O gás de cozinha (GLP) para as distribuidoras sobe R\$ 3,60 por quilograma (kg), refletindo um aumento médio de R\$ 0,20 por kg.

Segundo a Petrobras, os reajustes acompanham a elevação nos patamares internacionais de preços de petróleo e derivados.

A empresa informa também que evita repassar imediatamente a volatilidade externa aos preços do mercado interno, mas busca o equilíbrio de seus valores com o mercado internacional e a taxa de câmbio.

Segundo a estatal, tal alinhamento "é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes setores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileira".

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/07/21	



PETROBRAS REAJUSTA GASOLINA E DIESEL



admin 5 Julho, 2021

A Petrobras vai reajustar em R\$ 0,16 o litro da gasolina e em R\$ 0,10 o diesel, nas refinarias, a partir de amanhã (06/07). A atualização representa um aumento de 6,3% para a gasolina, que passa a ser vendida, em média, a R\$ 2,69 o litro nas refinarias; e de 3,7% para o diesel, cujo preço nas refinarias sobe para R\$ 2,81 o litro.

Este é o primeiro aumento nos preços da companhia na gestão Joaquim Silva e Luna. Em pouco mais de dois meses em que o general da reserva está à frente da estatal, a Petrobras mexeu três vezes nos preços dos combustíveis: no dia 1º de maio, reduziu em 2% os preços do diesel e gasolina; e, no dia 11 de junho, cortou em mais 1,9% a gasolina e aumentou o gás liquefeito de petróleo (GLP) em 6%.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/07/21	



MESMO COM REAJUSTE, GASOLINA SEGUE COM 14% DE DEFASAGEM, DIZ PESQUISA



admin 5 Julho, 2021

Fontes apontam que a Petrobras elevou o preço da gasolina em R\$ 0,1571, correspondendo a um acréscimo de mais de 6,2%. Por esse motivo, acabamos de rodar nossos modelos de defasagem.

“Mesmo após a elevação ser efetivada, estimamos que ainda exista espaço potencial de nova elevação de até 14% por parte da Petrobras no curto prazo, contudo, antes do reajuste o potencial era ainda maior, cerca de 20%. Assim, o acréscimo feito pela Petrobrás segue em linha com nossas estimativas, pois sempre informamos que as altas para mitigar a defasagem poderiam ser feito de forma fracionada”, explica Guilherme Sousa, economista da Ativa Investimentos.

“Sobre o impacto no IPCA, reforçamos que tal magnitude de reajuste na refinaria afetaria as bombas apenas no terceiro decêndio de julho, com impacto proporcional no IPCA de julho e integral em agosto”, afirma Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Veículo: Metro1	
Data: 05/07/21	



ECONOMIA

Petrobras aumenta preço da gasolina, diesel e gás de botijão a partir desta terça

Petrobras aumenta preço da gasolina, diesel e gás de botijão a partir desta terça



Por: Luciana Freire no dia 05 de julho de 2021 às 16:47

A Petrobras vai reajustar de uma só vez os preços da gasolina, diesel e do gás de botijão (GLP), a partir desta terça-feira (5), para as distribuidoras.

Para a gasolina, o preço médio por litro sobe 6,32%, de R\$ 2,53 para R\$ 2,69. Assim, acumula desde janeiro um aumento de cerca de 46%.

No diesel, o avanço foi 3,69%, de R\$ 2,71 para R\$ 2,81 em média por litro. Desde janeiro, a alta acumulada é de 39%.

No GLP, para as distribuidoras, o valor passará a ser de R\$ 3,60 por quilo, refletindo um aumento médio de R\$ 0,2. É uma alta de 5,8%.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 06/07/2021	



Colheita do algodão na Bahia este ano deve chegar a 520.363 toneladas

6 julho 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

Conhecido como o “ouro-branco”, o algodão é hoje um dos destaques da matriz produtiva da Bahia. Este ano, a colheita já se iniciou. O estado plantou 266.662 hectares da commodity e é disparado o líder do Matopiba, região que também engloba as áreas de cerrado do Maranhão, Tocantins e Piauí e que contabilizou, ao todo, 305.351 hectares na safra em curso. A expectativa de colheita é de 520.363 toneladas na Bahia e 587.067 na região do Matopiba.

A região oeste é a principal fronteira agrícola da Bahia, o que impacta positivamente na economia do estado, considerando que a produção acolhe o mercado interno e também a exportação. A agricultura da região, bem como a produção de algodão, tem se desenvolvido aproveitando as condições climáticas ideais e a disponibilidade hídrica, somadas ao manejo adequado das culturas e uso de tecnologia de ponta.

O secretário da Agricultura do Estado, João Carlos Oliveira da Silva, destaca a representatividade da safra baiana. “O oeste da Bahia é vital para a agricultura do estado. Agora, por ocasião da safra de algodão, a região mostra novamente sua força, aumentando em 2% a produtividade da cultura e com estimativa de colheita total de mais de 520 mil toneladas”.

Para o coordenador da Cooperativa de Produtores de Algodão (Ubahia), Paulo Almeida Schmidt, o desafio atual é ampliar a exportação. “Temos que pegar esse algodão daqui e exportar para o mundo. O nosso concorrente não é o produtor aqui ao lado, nosso concorrente é o Estados Unidos. E o que a gente tem visto é que cada vez que o governo dá um incentivo, nós ficamos mais competitivos contra o mundo e mais algodão conseguimos exportar”.

Paulo Schmidt garante que o algodão é fundamental para a cadeia produtiva do oeste por conta da geração de emprego e renda. “Desde o plantio, dos tratos culturais, beneficiamento, esmagamento do caroço, tudo isso gera uma cadeia e cada etapa da cadeia precisa de muitas pessoas trabalhando”.



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

A fazenda Zanotto, instalada em Luís Eduardo Magalhães há 40 anos e há 20 anos cultivando algodão, teve a safra deste ano reduzida, mas toda a produção já foi vendida mesmo antes da colheita e 70% foi destinada à exportação. “Essa redução se deu por uma necessidade de preservação de solo e também pela relevância dos altos preços da soja, uma commodity bastante competitiva. Mas nós vimos o algodão se recuperando bem no início do ano. Acreditamos que o mundo está caminhando muito mais para sustentabilidade, e a gente acredita que as fibras naturais terão mais espaços”, ressalta a diretora do Grupo Zanotto, Alessandra Zanotto.

Qualidade e certificação

Segundo o presidente da Associação Baiana de Plantadores de Algodão (Abapa), Luiz Carlos Bergamaschi, no quesito qualidade, o algodão baiano é comparável ao americano e ao australiano. Essa é uma conquista recente, pois, antes, a produção baiana era conhecida pela baixa qualidade do algodão.



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

Atualmente, existe o programa de certificação de sustentabilidade Algodão Brasileiro Responsável (ABR), da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e associadas. O ABR é a garantia de fibra sustentável, pois é lastreado nas legislações trabalhista e ambiental do Brasil. O programa internacional de referência nesta questão é a Better Cotton Initiative (BCI), da ONG Suíça de mesmo nome.

No Brasil, o ABR é gerido pela Abrapa, tamanha é a importância e reconhecimento do programa, que é muito mais amplo que o BCI. “Em pouco mais de 20 anos, o Brasil deixou de ser o segundo maior importador de pluma do mundo, para se tornar o segundo maior exportador. Perdemos em volume de oferta apenas para os Estados Unidos”, explica Luiz Carlos Bergamaschi.

O gerente de laboratório da Abapa, Sergio Brentano, garante que o Brasil tem qualidade e credibilidade na classificação da fibra, graças aos esforços do programa SBRHVI (Standard Brasil HVI), também criado pela Abrapa e que envolve todos os laboratórios que atendem aos produtores. Junto a tudo isso, há ainda a rastreabilidade. Com o Sistema Abrapa de Identificação (SAI), o comprador da pluma pode ver, por meio de um código de barras, todas as informações relativas ao produto que ele pretende adquirir, fardo a fardo.



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

“No laboratório, nós mensuramos as características intrínsecas e extrínsecas da fibra do algodão, através da classificação instrumental e visual por um técnico habilitado. Comprimento, espessura, uniformidade do comprimento, o índice de fibras curtas e resistências são alguns dos 15 parâmetros que dão suporte para a indústria têxtil selecionar a matéria-prima. O diferencial da produção da região oeste é um algodão com mais brilho, por causa da incidência do sol, o que agrega valor na qualidade e uniformidade visual no algodão baiano”, afirma Sergio Brentano.

Produtividade

O oeste da Bahia possui uma área de produção que ocupa 2,9 milhões de hectares, o que representa 35% do território. A região oferece excelência no processo produtivo devido à dobradinha entre a tecnologia investida e as características agrônômicas, com destaque para o clima.

A utilização de sementes, adubos e defensivos, cada vez mais modernos, proporcionam uma boa produtividade, o que significa produzir cada vez mais na mesma área. Todo esse conhecimento tecnológico deve-se aos constantes cursos de aperfeiçoamento e ações que as entidades, cooperativas e associações da região implementam para que a mão de obra seja qualificada.



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

A região é constituída por 24 municípios, com cerca de 643 487 mil habitantes, numa área de 116 677 quilômetros quadrados. Diversos são os cultivos realizados na região, como soja, café, milho, feijão, arroz, frutas e gado. Segundo o assessor de agronegócios da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Stahlke, o oeste produz 10 milhões de toneladas de grãos e fibras, onde 50% da soja produzida na região é exportada, o que significa um crescimento anual de 3% a 4%, já viabilizando e justificando a construção de uma ferrovia para o melhoramento da logística dessa produção.

Além disso, a região se destaca na fruticultura, com a maior produção de bananas do país, estimada em 240 mil toneladas, cultivadas em uma área de 9 mil hectares. A integração de áreas de grãos, aves e gado em confinamento tem sido uma alternativa viável na região para a rotação de cultura e preservação do solo. Atualmente, o oeste detém tecnologia que dá para a Bahia a maior produtividade do Brasil de soja e milho e a maior produtividade de algodão não irrigado do mundo, é o que garante o presidente da Abrapa, Júlio Busato. **Repórter: Leiliane Fláu**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 06/07/2021	



Policlínica Regional de Saúde inaugurada em Brumado atenderá 320 mil baianos de 16 municípios

5 julho 2021

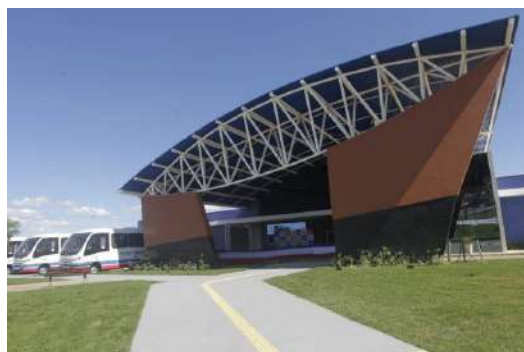


Foto: Alberto Coutinho/GOVBA

Um equipamento de saúde que passa a atender a demanda de 16 municípios para diversas especialidades e alcança, aproximadamente, 320 mil baianos. É nesse contexto que o governador Rui Costa entregou a nova Policlínica Regional de Saúde, em Brumado, nesta segunda-feira (5). Esta é a 18ª unidade do modelo entregue pelo Governo do Estado.

“Esse modelo de gestão compartilhada significa que estamos oferecendo uma qualidade e quantidade de serviços que não seria possível oferecer à população sem a união do Estado e municípios. Se até países muito ricos, como a Alemanha, fazem saúde pública regionalizada para ofertar uma saúde de mais qualidade aos seus habitantes, não seríamos nós, que não temos nem de longe a riqueza desses países, que deixaríamos de fazer”, destacou o governador.

Rui aproveitou a oportunidade para agradecer a parceria dos municípios. “O funcionamento da Policlínica Regional de Saúde requer uma arquitetura política e institucional em que convida e aglutina prefeitos e prefeitas para, juntos, gerirem e assumirem um equipamento dessa envergadura. Sinto muito orgulho de, juntos, podermos cumprir o importante objetivo de cuidar da saúde do povo baiano”, ressaltou.

A Policlínica localizada em Brumado contou com um investimento de cerca de R\$ 28 milhões distribuídos entre os custos da obra e de equipamentos. A obra de construção do prédio foi coordenada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder). A partir desta terça-feira (6), a população dos municípios consorciados passam a contar com serviços ambulatoriais especializados e exames de alta complexidade.

Juntamente com a Policlínica, foram entregues 10 micro-ônibus para o transporte de pacientes. Para manter o funcionamento da unidade, Governo do Estado também arca com 40% dos custos. Os outros 60% são divididos entre os municípios consorciados, proporcionalmente à população de cada um. Os atendimentos na unidade são realizados por agendamento, o que garante um serviço rápido e sem filas.

A Policlínica Regional em Brumado foi instalada em uma área de 3,2 mil metros quadrados e atenderá nas especialidades de Angiologia, Cardiologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Neurologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Urologia, Pequenos Procedimentos Cirúrgicos, Ginecologia, Pneumologia, Dermatologia, Reumatologia, Anestesia e Ortopedia. Também são oferecidas especialidades

não médicas: Farmácia Clínica, Enfermagem, Psicólogo e Nutricionista e exames de MAPA, Holter, Ecocardiograma, ergometria, eletrocardiograma, eletroencefalograma, endoscopia digestiva, ultrassonografia Doppler, RX, Ressonância Magnética e Tomografia.

Fazem parte do Consórcio da Policlínica Regional os seguintes municípios: Barra da Estiva, Boquira, Brumado, Caturama, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Érico Cardoso, Ibicoara, Ibipitanga, Ituaçu, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Rio de Contas, Rio do Pires e Tanhaçu. Além do secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, participaram da agenda em Brumado o secretário de Relações institucionais, Luiz Caetano; de agricultura, João Carlos Oliveira; e de Educação, Jerônimo Rodrigues.

Outras entregas

Na ocasião, o governador realizou a entrega de equipamentos para os Consórcios de Desenvolvimento Sustentável Intermunicipal do Alto Sertão, Bacia do Paramirim e Vale do Rio Gavião. Foram entregues três motoniveladoras e um rolo compactador.

Rui também entregou dez ônibus escolares que irão atender nove municípios: Brumado, Caculé, Malhada de Pedras, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Tanque Novo, Boquira, Paramirim e Jacaraci.

Autorizações

O governador autorizou a SIHS/Embasa a expedir ordem de serviço para a conclusão da obra de implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Samambaia e Pé do Morro.

Ainda na oportunidade, Rui autorizou a Secretaria de Educação a iniciar o processo licitatório para contratação de empresa com vistas à modernização do Colégio Estadual de Brumado com implantação de campo society, vestiário, cobertura da quadra poliesportiva, refeitório e auditório.

Também foi dada autorização à Secretaria de Educação e à Conder para que iniciem processo licitatório para contratação de empresa com vistas à construção de nova unidade escolar de 12 salas, com auditório, refeitório e implantação de complexo poliesportivo com piscina semiolímpica, campo society, pista de atletismo e manutenção no ginásio existente.

O governador visitou a Delegacia de Polícia Civil de Brumado e anunciou que o prédio passará por reforma.

Repórter: Jairo Gonçalves



Fotos: Alberto Coutinho/GOVBA



Reforma tributária apresentada ao Congresso é candidata ao posto de próxima natimorta

Sem mexer no ICMS e com foco na arrecadação, proposta de reforma mira, como tudo nos últimos tempos, em outubro de 2022

Ana Carla Abrão*, O Estado de S.Paulo

06 de julho de 2021 | 04h00

Como em outros temas econômicos prometidos com tanta ênfase e grandes números, também na **reforma tributária** a montanha pariu um rato. E, neste caso, um rato manco.

A segunda fase da reforma, apresentada ao **Congresso Nacional** e já candidata ao posto de próxima natimorta, parte de algumas ideias corretas, mas erra no cálculo e ignora os problemas de ineficiência do nosso atual sistema tributário. Ao passar ao largo da reforma do **ICMS** e escolher onde mexer e onde não mexer, mais com foco arrecadatório do que de eficiência, as alterações propostas parecem mirar – como tudo nos últimos tempos – outubro de 2022.

A necessidade de simplificar e tornar mais justo e progressivo o nosso sistema tributário não é assunto novo. Sempre imprensada entre interesses dos mais diversos setores econômicos, turbinados por um Congresso que lhes é particularmente sensível, talvez seja essa a mais difusa e complexa das reformas estruturais que hoje condicionam o crescimento da economia brasileira.

Nos idos de 2008, uma proposta chegou a avançar na comissão especial presidida pelo então deputado **Antonio Palocci**, mas morreu na praia ao se deparar com várias resistências, em particular aquelas vinculadas à unificação do ICMS e ao imbróglio da guerra fiscal entre os Estados. De lá para cá, não melhorou. Mesmo o recente e

celebrado consenso federativo em torno da criação de um **Imposto sobre Valor Agregado (IVA)** precisa ser visto com ressalvas, pois passa pela criação de fundos de compensação por perdas de arrecadação, pleito tão antigo como a própria discussão. A compensação esbarra em números pouco claros, e o avanço das discussões, num poderoso lobby de beneficiários de incentivos fiscais – boa parte deles indefensáveis do ponto de vista econômico. Superada a parte dos números e enfrentados os lobbies, poderíamos até ter criado os fundos. Por duas vezes, chegamos perto. Na primeira, quando houve a aprovação da repatriação de recursos de brasileiros depositados no exterior. Naquele momento, construía-se, no âmbito do Confaz – o Conselho de Secretários de Estado da Fazenda –, um novo consenso em torno do tema.

Infelizmente, detrações enterraram a proposta.

Mais à frente, em 2019, os recursos da cessão onerosa do pré-sal foram outra possibilidade perdida graças à promessa açodada de distribuição dos recursos, nos arroubos do “mais **Brasil** e menos **Brasília**”.

Neste julho de 2021, temos, contando com a segunda fase da proposta de reforma recém-apresentada, quatro propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso: a PEC 45/2019, que substitui o **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**, o **Programa de Integração Social (PIS)**, a **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e o **Imposto Sobre Serviços (ISS)** pelo **Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS)**. A PEC 110/2019, cujo teor repete o substitutivo do deputado Luis Carlos Hauly, aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados em 2004 e que se aproxima da PEC 45, ao propor a unificação de vários impostos.

Mas difere em pontos essenciais e ainda controversos, inclusive no que tange à manutenção de benefícios fiscais. Há ainda o projeto de lei 3.887/2020, que unifica o PIS/Pasep e a Cofins na nova **Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS)**. Nenhum desses projetos contou ainda com o empenho verdadeiro do governo. Talvez pela ausência de sua paternidade nos primeiros, combinada com os atropelos de uma base muito mais comprometida com a pauta ideológica do que com o desgaste das reformas necessárias.

O novo projeto de lei, batizado de segunda fase, onera excessivamente as empresas (ainda que com a necessária tributação de dividendos), taxa investimentos de forma desigual, distribui benesses atrasadas via correção das faixas da tabela do **Imposto de Renda** e cria outras desequilibradas. Alia-se o adiamento no enfrentamento dos grandes problemas tributários ao viés arrecadatório e à garantia de uma narrativa eleitoral.

Na antessala do final do seu mandato, o governo que por anos tergiversa empacado na defesa da recriação da **CPMF** volta aos palcos com outra fase de uma não reforma, insistindo em entregar algo que não resolverá os problemas do sistema atual e, pior, criará outros.

*ECONOMISTA E SÓCIA DA CONSULTORIA OLIVER WYMAN. O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA



'Super-ricos' têm isenção de 60% no IR; restante dos contribuintes, 25%

Cálculos do economista Sergio Gobetti refletem, principalmente, a isenção concedida hoje na distribuição de lucros e dividendos de empresas a seus acionistas; Ministério da Economia quer taxar ganho em 20%, mas empresários resistem

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

06 de julho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Um único brasileiro declarou no ano passado ter recebido a quantia de R\$ 1,3 bilhão em lucros e dividendos livre de impostos, de acordo com dados públicos divulgados pela **Receita Federal**. Esse contribuinte faz parte de um grupo de 3 mil milionários que, segundo as próprias declarações, possuem uma renda de R\$ 150 bilhões anuais, dos quais R\$ 93 bilhões são isentos de tributação na pessoa física. Na pirâmide social-tributária do **Brasil**, de acordo com os dados da Receita, quanto mais rica for a pessoa, maior será a parcela da renda que permanece isenta. Enquanto 99% dos contribuintes têm isenção média de 25%, no topo dessa pirâmide 60% da renda não é tributada, apontam simulações feitas pelo economista **Sergio Gobetti**, a pedido do **Estadão**, sobre o impacto da volta da tributação de lucros e dividendos prevista na proposta de reforma do **Imposto de Renda** enviada ao **Congresso**. No caso específico do exemplo que começa esta reportagem, a isenção chegou a 95% da renda.

Hoje, os lucros e dividendos recebidos por acionistas de empresas são isentos no Brasil. A proposta do governo é cobrar uma alíquota de 20%. Haveria uma única exceção: quem ganha até R\$ 20 mil de pequenas e médias empresas.

O projeto foi mal recebido por empresas, que pressionam por mudanças. A principal alegação é que as empresas já pagariam um IR elevado que incide sobre o lucro distribuído aos acionistas e que, com a nova proposta, a carga tributária chegaria a 43% (somando o imposto cobrado na pessoa física e na jurídica). A Receita diz que é incorreto somar o que já é cobrado das empresas com os 20% na distribuição dos dividendos.

Modelo

Segundo Gobetti, mesmo quando se considera o valor médio de impostos sobre lucros recolhidos ao nível das empresas, em torno de 24%, a carga tributária média efetiva sobre a renda dos “super-ricos” chega a 20%, bem abaixo do que ocorre em países desenvolvidos, onde a alíquota média é o dobro.

Vários estudos recentes mostram, porém, que é inadequado considerar que todos os impostos recolhidos ao nível da empresa incidam efetivamente sobre a renda dos sócios. Em muitos casos, o custo do **IRPJ** é transferido para os consumidores ou para os trabalhadores das empresas.

“Por isso, os estudos internacionais têm recomendado reduzir os impostos incidentes sobre o lucro das empresas e aumentar a tributação ao nível das pessoas físicas, de modo progressivo, pesando mais a mão sobre a renda dos mais ricos”, diz Gobetti. Segundo ele, essa é a visão dominante no mundo de hoje, inclusive nos organismos internacionais, como **FMI** e **OCDE**.

Para o **tributarista Eduardo Fleury, sócio do escritório FCR Law**, a proposta de tributação dos dividendos foi muito pesada. “Na verdade, deveríamos ter reduzido bem mais a alíquota do imposto das empresas para compensar parcialmente a taxa sobre os dividendos”, afirma. Ele defende a isenção quando a distribuição é feita de empresa para empresa e também para remessas ao exterior. “Será que o governo vai usar o aumento da arrecadação para distribuir renda ou em gastos correntes?”, questiona. Especialista no tema, a **professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Débora Freire** chama atenção para o fato de que o sistema tributário brasileiro é muito regressivo (quem ganha menos paga, proporcionalmente, mais), dada a elevada participação de tributos indiretos, isto é, sobre consumo, na carga tributária.

Ela lembra que, com isenções e deduções (como gastos com saúde e educação), o topo da pirâmide acaba pagando menos imposto do que a maioria dos contribuintes. A isenção maior se dá pela não taxação dos lucros e dividendos. Desde 1996, esses ganhos não são taxados na pessoa física. “Essa é uma distorção que precisamos corrigir para que o nosso sistema fique um pouco mais justo.”



Uma boa reforma tributária corrigiria os problemas atuais sem gerar novas distorções

Distorção distributiva que existe no Brasil não decorre da falta de tributação dos dividendos, mas sim, da baixa tributação nas empresas

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

06 de julho de 2021 | 04h00

Para resolver um problema, um bom começo é entendê-lo. Embora seja uma frase óbvia, não é o que tem orientado a discussão sobre a proposta de tributação dos dividendos apresentada pelo governo federal, através do Projeto de Lei (PL) n.º 2.337/21.

É verdade que existe um problema sério de baixa tributação da renda de muitos acionistas e sócios de empresas no **Brasil**. Esse problema não decorre, no entanto, da isenção na distribuição de dividendos. O lucro distribuído aos acionistas pode ser tributado na empresa, na distribuição ou em ambos. O que é relevante é a alíquota total incidente sobre o lucro distribuído. No Brasil a alíquota incidente na empresa é de 34%. Se o lucro foi tributado a 34% na empresa, não há por que dizer que o acionista está sendo beneficiado por uma baixa tributação.

Existe problema, no entanto, quando o lucro é pouco tributado na empresa e depois é distribuído com isenção. Isso ocorre no caso de grandes empresas, pois a legislação brasileira permite muitos ajustes entre o lucro contábil (base da distribuição) e o lucro fiscal (base da tributação), além de benefícios fiscais de redução do imposto devido. Mesmo ajustando para efeitos temporários, a alíquota efetiva incidente sobre o lucro (relação entre o imposto devido e o lucro contábil) tende a ficar bem abaixo de 34% para a média das empresas. As situações individuais variam muito – havendo empresas

cuja alíquota efetiva fica próxima de 34% e outras em que a alíquota efetiva fica abaixo de 10%.

Também há grandes distorções nos regimes simplificados de tributação, nos quais o lucro é definido como uma porcentagem do faturamento. Neste caso, as distorções surgem quando a margem da empresa é elevada. A título de exemplo, um profissional liberal que atue como sócio de uma empresa de lucro presumido com faturamento de R\$ 25 mil/mês e lucro (antes da tributação) de R\$ 20 mil/mês está sujeito a uma alíquota sobre sua renda de apenas 9,6% (contra cerca de 23% para um trabalhador formal com a mesma renda).

A distorção distributiva que existe no Brasil, portanto, não decorre da falta da tributação na distribuição dos dividendos, mas sim da baixa tributação na empresa.

É verdade que o PL 2.337 corrige parcialmente esse problema, pois, com a tributação na distribuição, ao menos parte da renda pouco tributada na empresa será tributada na distribuição, a uma alíquota de 20%. Mas a forma escolhida para fazê-lo é muito ruim. Por um lado, a previsão de isenção na distribuição de lucros até o valor de R\$ 20 mil/mês para empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões/ano vai gerar enormes distorções – seja desestimulando as empresas a crescerem ou estimulando sua fragmentação, seja induzindo planejamentos societários para que um número maior de pessoas se beneficie da isenção. Por outro lado, a proposta reduz ainda mais a tributação da renda do profissional liberal sócio de empresa com renda até R\$ 20 mil/mês (de 9,6% para 7,6%, no exemplo acima), ampliando a distorção atual. Por fim, para uma empresa cuja alíquota efetiva fique próxima da alíquota nominal de 29% proposta no PL 2.337, a alíquota conjunta na empresa e na distribuição alcançará 43,2%, que é extremamente elevada e atingirá de forma indiferenciada o grande e o pequeno acionistas, além de gerar distorções no financiamento das empresas, estimulando o uso de dívida em detrimento do financiamento via emissão de ações.

Seria muito melhor atacar o problema de outra forma, através, por exemplo, de mudanças que limitassem a baixa tributação na empresa e uma integração da tributação na distribuição de lucros com o **Imposto de Renda das pessoas físicas**

(IRPF), idealmente acompanhadas de uma elevação da alíquota marginal do IRPF para rendas mais elevadas. Uma mudança bem feita corrigiria os problemas distributivos atuais sem gerar novas distorções, que – caso o PL 2.337 seja aprovado sem mudanças – certamente terão um impacto negativo sobre o crescimento.

*DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com essa natureza não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Riscos orçamentários em cenários extremos

Pandemia não pode ser pretexto para atravancar Comissão de Orçamentos

Leandro Machado Azevedo

Analista de processo legislativo do Senado Federal, é especialista em gestão governamental e políticas públicas

A Constituição Federal determina que as matérias orçamentárias sejam apreciadas por uma comissão mista permanente. Criada em 1988, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) é uma resposta à histórica preponderância do Poder Executivo sobre o Legislativo. Seu efetivo funcionamento representa um grande passo rumo à democratização dos processos decisórios do país.

Dada sua importância, cabem algumas reflexões sobre sua atípica atividade em tempos de pandemia: por que tamanha demora na instalação nos últimos dois anos? Quais os perigos dos ritos sumaríssimos impostos pelos presidentes das Casas Legislativas? As questões carecem de análise sob o prisma democrático e republicano.

Decidiu o constituinte originário pelo funcionamento permanente da CMO, devendo ser instalada, ipso facto, resolução do Congresso Nacional, "até a última terça-feira do mês de março de cada ano, data em que se encerra o mandato dos membros da comissão anterior".

A comissão competente para apreciar os projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) e de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 foi instalada em 25 de fevereiro último, com 11 meses de atraso. A demora, atribuída ao isolamento social, revelou-se como instabilidade política na relação da presidência da CMO e com a distribuição de cadeiras entre os partidos.

O inédito imbróglio se deu pela importância do cargo, dado que o posto seria um trampolim aos grupos que disputariam a presidência da Câmara. Historicamente, os apoiadores do presidente da CMO têm mais força política nas eleições subsequentes nas Casas Legislativas.

Coincidência ou não, a CMO 2022

só foi instalada após a definição das Mesas em 2021.

É sabido que cenários extremos exigem respostas rápidas para o funcionamento das instituições. Neste diapasão, o Congresso Nacional organizou um sistema de deliberação remoto, garantindo um bicameralismo ativo ainda em tempos de exceção. Entretanto, as medidas adotadas pelos presidentes das Casas de moverem importantes colegiados e etapas do processo legislativo e promovendo uma centralização decisória em alguns poucos interlocutores com o Executivo.

Neste cenário, o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM) avocou para o plenário a apreciação do PLO 2021, ferindo a competência da CMO com um mero ato normativo, incorrendo em séria afronta à sistemática constitucional.

De maneira ilustrativa, comparando o jogo político a um jogo de xadrez, é como se torres, cavalos ou

bispos fossem reduzidos à relevância de peões, restando apenas uma ou duas peças importantes à segurança do rei. As mudanças de regras não estariam descritas no manual, seriam instituídas pelo dono do jogo.

A representatividade daqueles que teriam condições de interferir no debate foi reduzida pela concentração de poder de agenda e de voto em favor dos presidentes e líderes das casas legislativas. Estranhamente ninguém reclamou (para alegria dos interlocutores) e o PLDO 2021 foi aprovado, em plenário, sem a transparência e as travas de segurança do devido processo legislativo orçamentário.

Ainda no "novo normal", a CMO, que seria instalada até 30 de março último, nem sequer teve indicação de membros pelas lideranças partidárias, a despeito das soluções tecnológicas e do funcionamento de outras comissões.

Para a inércia, há remédio regimental: esgotado o prazo sem indicações, as vagas devem ser ocupadas pelos parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas, após determinação do presidente do Congresso Nacional. Esta solução poderia ter sido adotada em 2020, em vez de extrapolar um preceito constitucional, e agora em 2021.

A simplificação dos processos, à primeira vista, parece salutar. Contudo, há sérios riscos em se ignorar que processos mais difíceis, construídos democraticamente, trazem segurança e controle necessários ao próprio exercício da democracia.

Democracia não é um regime de concessão; é um regime de conquista em que assimetria de informação é determinante. O efetivo funcionamento da CMO é, portanto, extremamente necessário para manter as medidas fiscais no bom caminho.

[...]

A simplificação dos processos, à primeira vista, parece salutar. Contudo, há sérios riscos em se ignorar que processos mais difíceis, construídos democraticamente, trazem segurança e controle necessários ao próprio exercício da democracia

Em defesa do distrito

Enquanto não vem o parlamentarismo, sistema é o mais representativo

Ives Gandra da Silva Martins

Presidente do Conselho Superior do Direito da Fecomercio-SP e professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

Discute-se, uma vez mais no país, se os representantes do povo no Legislativo deveriam ser os mais votados pelo eleitorado ou se são os partidos que representam os ideais da sociedade, sendo seus deputados ou vereadores porta-vozes das ideologias de cada um.

Em meus artigos, nos últimos anos, sempre que discuto regimes ou sistemas de governo, tenho citado Arend Lijphart, professor da Universidade Yale que, em 1984, publicou um livro intitulado "As Democracias Contemporâneas", e por 18 ângulos diferentes, examinou as características dos 20 países com democracias mais sólidas no século 20. Encontrou 19 com o regime parlamentar e um só com o sistema presidencialista (Estados Unidos).

Desde os bancos acadêmicos sou parlamentarista. Cheguei a presidir um partido parlamentarista em São Paulo, de 1962 a 1964 (Partido Libertador), tendo, definitivamente, abandonado a política em 1965, quando da edição do AI 2 (Ato Institucional Número Dois), decisão da qual nunca me arrependi. O magistério e a advocacia tornaram-se minhas únicas vocações.

A tese de que o representante mais votado pelo povo enfraquece a conformação partidária é justificável nos países em que as formações par-

tidárias representam as ideologias da sociedade, o que ocorre onde há o sistema parlamentar, no qual as siglas com assento no Parlamento são poucas e contam com programas bem definidos.

No Brasil, argumenta-se que não podemos adotar o parlamentarismo porque não temos partidos políticos, mas sim legendas que se formam no interesse de pessoas e não

[...]

Não valeria a pena o povo tomar mais representações aqueles que mais votos receberam e não —sob o argumento de fortalecimento dos partidos, o que nunca aconteceu até hoje com o sistema vigente— continuar com a proliferação de legendas e a inclusão dos Legislativos de parlamentares sem votos?

de ideais. Sem entrar no mérito da questão, prefiro afirmar que o Brasil não tem partidos políticos por que não adotou o parlamentarismo.

Raul Pilla, que foi presidente nacional do extinto Partido Libertador, dizia ser o sistema parlamentar de "responsabilidade a prazo incerto", enquanto o presidencialista era de "irresponsabilidade a prazo certo". Os votos de desconfiança permitem substituições de governo não sempre traumáticas. Os impeachments são sempre traumáticos.

As fragilidades das estruturas partidárias no Brasil se perpetuam por que favorecem a vitória de candidaturas sem chance de chegar ao poder, uma vez que puxadores de votos levam com eles outros nomes com pouquíssimos votos.

A pergunta que faço: não valeria a pena o povo ter como representantes aqueles que mais votos receberam e não —sob o argumento de fortalecimento dos partidos, o que nunca aconteceu até hoje com o sistema vigente— continuar com a proliferação de legendas com programas semelhantes e a inclusão nos Legislativos de parlamentares sem votos?

Enquanto não tivermos o parlamentarismo, o distrito parece-me o regime mais representativo, pois nele o mais votado é que representa, legitimamente, o povo.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Caixas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Charge de Benett publicada em fevereiro de 2021 em alusão ao escândalo das rachadinhas ligadas ao nome de Flávio Bolsonaro

Desvios

"Gravações indicam ação direta de Jair Bolsonaro em esquema de 'rachadinhas' enquanto deputado" (Poder, 5/7). Mudemos. Sai o #ForaBolsonaro e entra agora o #BolsonaroNaCadeia.

Anísio Franco Câmara (São Paulo, SP)

E como diz o Bolsonaro: "e daí?"

Bagdassar Minassian (São Paulo, SP)

Esse esquema de rachadinha é praxe. Foi criado na medida para aumentar os rendimentos dos membros das casas legislativas. Eu faço uma pergunta besta: será que algum deles quer mudar isso?

Milton Nauata (Campinas, SP)

Jair Bolsonaro deveria ser o primeiro a querer mudar isso. Afinal ele não se vendeu como a última virgem do bordel?

Samuel Silva (Taboão da Serra, SP)

Com todo o respeito a quem defende este governo, pergunto: o que ele tem bom? Desemprego nas alturas, inflação descontrolada, miséria e corrupção. Estamos no fundo do poço.

José Celso Righi (São Bernardo do Campo, SP)

Já dá para chamar de corrupto?

João Vitor Sottilli (Porto Alegre, RS)

2022

"O engodo neolulista" (Catarina Rochamonte, Opinião, 5/7). A coluna é muito boa. Vivemos numa nação de negociacionistas. Parece que política virou torcida de futebol. Ninguém vê a enormidade dos erros que seus líderes e mitos cometem.

Ricardo Arantes Martins (São Paulo, SP)

Não estamos restritos a essa mediocridade. Qualquer candidato que tenha demonstrado um mínimo de coerência e competência em cargos executivos será bem visto como terceira via. O eleitorado quer distância dos que já se sentaram na cadeira e foram obrigados a vender a alma para as oligarquias mais atrasadas do país.

Wilson Oliveira (São Paulo, SP)

Tendo a inferir que a colunista é uma bolsonarista arrependida, como tantos novos pulantes do navio que está a afundar. Com sua retórica cheia de empáfia, quase um FHC, não consegue sair da mesmice dos bolsonaristas. Seu artigo, com críticas ao atual presidente, desdigna nos velhos bordões desgastados: "e o PT?"; "E o Lula?"; **Júlio Alves** (Osasco, SP)

A colunista não consegue citar uma só atitude de Lula, no governo petista, em que tenha havido louvação à barbárie ou desrespeito à democracia. Bolsonaro é fruto dessa imprensa que apoiou o golpe e abriu rupturas na frágil democracia brasileira.

Daniel de Souza (Uberaba, MG)

Arquivamento 1

"Em 10 anos, tribunal militar puniu 1 general e arquivou 20 investigações de altas patentes (Poder, 5/7). Pelo visto, na área militar, mais do que em qualquer outra, o Brasil sempre foi e continuará sendo o país da impunidade." **Edgard Reymann** (São Paulo, SP)

Penso que as Forças Armadas deveriam ser extintas. São inúteis. Servem apenas para reprimir o povo e manter o país no atraso, sempre defendendo os interesses da elite. Havendo Forças Armadas, deveriam servir só para policiar as fronteiras e o espaço aéreo — e sem privilégios.

Jair R. Maria (São Paulo, SP)

Todos os elogios para essa reportagem. Irei guardá-la em PDF como um documento valioso, por que demonstra a face obscura das impunidades das Forças Armadas. A formação dos militares perpetua a formação fascista das Forças Armadas, que durante mais de um século apresentou-se como incorruptível.

Reinaldo da Silva (Nova Friburgo, RJ)

Arquivamento 2

"STF forma maioria para arquivar pedido de investigação de cheques a Michelle Bolsonaro" (Poder, 5/7). O Supremo Tribunal Federal agora deixou a bozofândia contente: ninguém mais vai querer fechar a corte.

João Adelfino Schifino (Goiânia, GO)

A mulher do presidente da República recebe um cheque de R\$ 80 mil de um chefe de milícia e nada acontece? Se isso acontecesse com uma cidadã comum, o senhor Augusto Aras também pediria o arquivamento da investigação? O Poder Judiciário é de longe o que mais enfraquece as instituições do Estado quando deixa de protegê-las e prestigia-las.

José Valzoo (Franca, SP)

A única pergunta que fica sobre esse assunto é: está e se o depósito tivesse sido na minha conta? E se fosse na conta de qualquer leitor desta Folha? Enfim, se fosse na conta de algum servidor? Seria tomada a mesma decisão?

Paulo Monteani Fonseca (Taubaté, SP)

Reprovação em alta

"Reprovação do governo Bolsonaro sobe para 48,2%", aponta pesquisa CNT/MDA. Bolsonaro será enxotado pelas urnas em 2022! É só aguardar.

Antônio Carlos de Paula (Mogi Mirim, SP)

Caramba, ainda tem 27% de aprovação. O que mais esse presidente precisa fazer?

Paulo Pinheiro Machado (Florianópolis, SC)

Começando a semana com uma ótima notícia.

Carlos Santos (Guanambi, BA)

Abaixo de 25% o trono balança e os jagunços batem em retirada. Estamos quase lá.

Maria Looez (São Paulo, SP)

Com toda a campanha compacta e difamatória que está em curso o presidente Bolsonaro ainda tem 32% de aprovação? Preparam-se para quando chegarem as eleições do ano que vem e o povo comparar o governo atual com quem está do outro lado, prometendo o oposto do que fez a vida inteira. Vai ser vitória situacionista no primeiro turno.

Olavo Cardoso Júnior (Marília, SP)

Câmara avalia mudança no sistema de votação para cargos majoritários

Eleitores escolheriam candidatos por ordem de preferência; cientistas políticos veem risco para a governabilidade

MARLEN COUPE
RAYAN DERS ON GUERRA
opa@o Globo.com.br

A comissão da reforma política na Câmara discute se incluirá uma proposta para instituir no Brasil o sistema de voto preferencial nas eleições para os cargos majoritários, como presidente, governador e prefeito. A ideia, segundo a relatora do colegiado, Renata Abreu (Podemos-SP), está em debate com os partidos.

Nesse sistema, que elimina o segundo turno, o eleitor vota em uma lista de nomes, em ordem de preferência. Caso nenhum dos candidatos obtenha mais de 50% do total de votos, o último colocado é eliminado. Os votos dos eleitores que o escolheram são distribuídos de acordo com sua segunda opção. Se o patamar de 50% ainda não tiver sido alcançado, elimina-se o penúltimo e redistribuem-se seus votos. Repete-se o procedimento até um dos candidatos atingir mais de 50%.

Especialistas em sistemas eleitorais criticam a hipótese de mudança usando, principalmente, dois argumentos: o modelo é de mais difícil compreensão e não prevê uma nova rodada com os dois candidatos mais bem votados, fase em que são formadas coalizões que têm reflexos na governabilidade.

O voto preferencial é adotado no Maine, Estados Unidos, para a escolha do governador, e será testado em breve para a eleição municipal de Nova York. De acordo com a FairVote, organização que defende a reforma eleitoral nos EUA, em junho de 2021, 22 jurisdições usaram o voto preferencial em suas eleições. Outras 53 jurisdições devem adotar o sistema nas próximas eleições. Um projeto pi-

Modelo é usado em alguns estados dos EUA e será testado em Nova York

loto em Utah vai testar o sistema em 23 cidades do estado ainda neste ano.

O método é usado ainda em eleições provinciais e para prefeituras na Nova Zelândia e no Canadá. No âmbito federal, também foi implementado na Austrália e na Irlanda.

Entusiastas do sistema dizem que ausência de segundo turno reduziria os custos do processo eleitoral. Outros argumentos são que o método afastaria um cenário de polarização, inibiria o voto útil já em primeiro turno e elegeria o candidato mais bem colocado entre as opções de todos os

eleitores — em tese, alguém mais moderado. Já os críticos afirmam que, na prática, acabam eleitos candidatos que já estão na primeira ou segunda colocação e argumentam que o sistema de votação é confuso e pode afetar a credibilidade do processo eleitoral.

Responsável pela emenda debatida na comissão, o deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG) defende que o atual sistema, com dois turnos, é imperfeito porque, na sua avaliação, força o eleitor a votar não no seu candidato preferido, mas naquele que tem mais chance ou que tem mais condição de vencer.

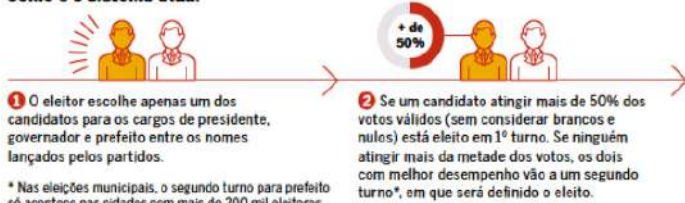
— O efeito com o voto preferencial é que o eleitor é mais “sincero” na sua decisão, não precisa fazer voto útil, e o ganhador final é alguém mais bem recebido pela população, porque candidatos mais moderados acabam tendo mais chance.

“PROBLEMA DE LEGITIMIDADE”
Renata Abreu endossa a tese de que o sistema pode reduzir a polarização, por potencialmente eleger quem tem menos rejeição:

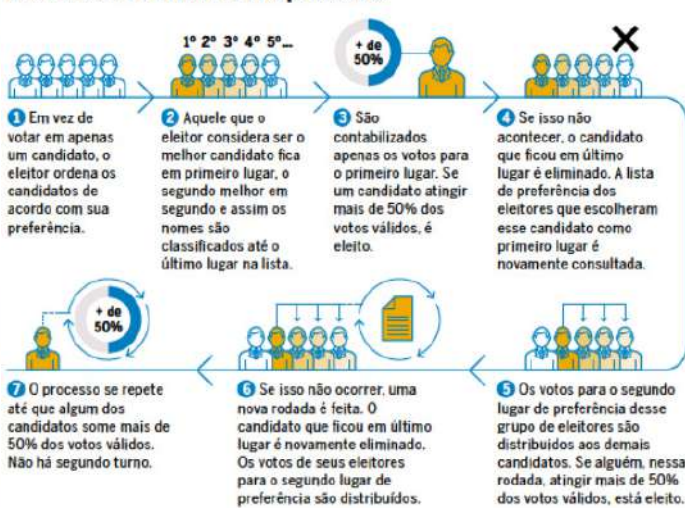
— Pode ser alternativa para harmonizar o país e reduzir custos, porque você evita um segundo turno.

Uma análise da FairVote com os resultados de 236 eleições com votação prefe-

Como é o sistema atual



Como funciona o sistema de voto preferencial



Editoria de Arte

rencial nos Estados Unidos, por outro lado, mostra que, em apenas 29, o vencedor não foi o primeiro ou o segundo colocados na disputa. Em apenas 15 delas, o vencedor não foi o líder na primeira rodada: em 13, o segundo colocado venceu e em duas foi o terceiro. Ou seja, o eleito seria diferente do resultado alcançado em um segundo turno em apenas 0,8% dos casos.

O cientista político Emerson Cervi, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por sua vez, avalia que sistemas eleitorais “funcionam

quando são compreendidos pelos eleitores”, o que demanda simplicidade, transparência e prática:

— Quando mudamos tão radicalmente um sistema, que vai muito além do fim do segundo turno, isso gera um problema para o eleitor. Até ele entender que o primeiro voto vai ser excluído e passará a valer o segundo voto, isso pode gerar problema de legitimidade do sistema.

Na mesma linha, o cientista político Marcus Ianoni, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), defende a manutenção do

sistema atual. Segundo ele, o método em vigor garante que candidatos e partidos políticos se reorganizem em alianças e entendimentos políticos em segundo turno, mirando a formação de um governo pautado no presidencialismo de coalizão.

— A proposta do voto preferencial é de difícil entendimento para a população e, além disso, tira a possibilidade de haver uma reorganização das coalizões nos casos em que ocorre segundo turno. Como costuma-se dizer, o segundo turno é uma outra eleição, assim tem sido.

Economia



DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA
Mudança de regra afeta 6,8 milhões
 Na reforma, governo aprofundou de R\$ 40 mil em rendimento anual



CORRIDA CONTRA O TEMPO

GOVERNO QUER VENDER 100% DOS CORREIOS

Câmara deve avaliar projeto semana que vem, antes do recesso parlamentar

MANOEL MUYEDA
 @manoyeda

OS NÚMEROS DA EMPRESA

Compare o desempenho da estatal



Tempo de entrega de encomendas expressas por distância (em dia)

Ano	Correios	DHL Brasil	Loggi	EMS Mex	UPS Mex	Chilwego
Até 100	1,8	1	0,5	1	0,8	0,5
Até 500	2,2	1	1	1	0,9	0,8
Até 1.000	1,7	1,1	0,8	1,2	1,1	0,8

Tempo médio de entrega praticado pelos Correios no e-commerce (em dia)

Ano	São Paulo (capital)	Rio de Janeiro (capital)	São Horizonte	Brasília	Belo Horizonte	Porto Alegre
2013	3	3	4	5	6	4
2015	4	5	5	6	8	6
2017	4	5	6	7	10	6
2019	4	6	6	7	10	7

Lucro líquido de 2020 foi de R\$ 1,5 bilhão, sendo R\$ 900 milhões de efeitos não recorrentes, tais como diferimentos de impostos, resultado financeiro e reversão de provisões.

Empresa possui passivos de R\$ 13 bilhões, dos quais quase 50% são de benefícios pelo emprego.

Fonte: Instituto elaborado pelo BNDES.

Ilustração de Art

O Ministério da Economia fechou o modelo de privatização dos Correios. O governo pretende se desfazer de 100% do capital da empresa, disse ao GLOBO o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. O que se pretende fazer é vender o controle da companhia integralmente, no formato de um leilão tradicional, ou como resume Mac Cord, "com abertura de envelopes". O comprador levará os ativos e passivos dos Correios.

O modelo difere dos planos para a Eletrobras e do que foi feito recentemente na BR, ex-subsidiária da Petrobras, baseados em operações no mercado de capitais.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) marcou a votação do projeto dos Correios para a próxima semana, antes do início do recesso parlamentar. A aprovação da proposta agora é fundamental para que o governo consiga cumprir o cronograma de venda da empresa, cujo leilão está previsto para março de 2022 — no mesmo trimestre, o governo quer privatizar a Eletrobras, que já passou pelo Congresso Nacional.

REGULAÇÃO DA ANATEL

Para garantir a universalização do atendimento, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) será transformada em Agência Nacional de Comunicações (Anacom), que passará a regular os serviços postais.

— A empresa vai pegar o Brasil inteiro. A gente chegou a avaliar fazer por região, mas entendemos que para garantir a universalização é preciso ter o subsídio

cruzado dentro da própria empresa — disse Mac Cord. Um estudo do BNDES calculou que a empresa tem passivo de R\$ 13 bilhões. O ativo circulante e não circulante somam R\$ 14 bilhões, segundo o último balanço dos Correios, de 2020.

O governo ainda não tem valor previsto para a privatização, que dependerá do edital e de avaliação mais profunda das contas da estatal.

— A intenção é publicar o edital dos Correios neste ano, provavelmente em dezembro. Porém, é tão importante votar na Câmara antes do recesso. Se não, o cronograma começa a ficar comprometido. O projeto precisa estar resolvido até agosto. Publicamos o edital em dezembro para que a licitação ocorra em março — disse.

A Constituição diz que compete à União "manter o serviço postal e o correio aéreo nacio-

nal". Por isso, junto com a venda do controle dos Correios, o governo irá fazer uma concessão do serviço postal, regulado por meio da Agência Nacional de Comunicações, tarifas, tempo de entrega e outras exigências para os futuros controladores da empresa.

O projeto da Câmara define a obrigação do atendimento a regiões remotas e os serviços de interesse social, como a carta social.

O serviço de encomendas não será regulado, mas o secretário afirma que a obrigação da entrega de correspondência incluirá a infraestrutura necessária para a entrega de mercadorias em todo o Brasil.

— A gente vai privatizar os Correios combinado com uma concessão. A Constituição diz que cabe à União garantir o serviço postal, e isso pode ser por concessão. Como garantimos? Regulando. É uma eficiência muito maior que a prestação direta — disse.

O serviço de entrega de correspondência é usado, por exemplo, para distribuição de contas. Os Correios arrecadam cerca de R\$ 5,5 bilhões com essa atividade ano passado. Com encomendas, a receita chegou a R\$ 11 bilhões.

ENTURAMENTO CAI 9%

Mac Cord cita dados colhidos pelo BNDES. O estudo do banco afirma que a empresa não tem tecnologia, tem baixa produtividade e pouca competitividade. O faturamento em 2020 caiu 9% em relação a 2019, segundo o texto. O levantamento diz que o tempo para entrega de encomendas expressas é maior que os principais serviços do mundo, e o período de entrega praticado pelos Correios no e-commerce rubiu nos últimos anos.

O estudo do BNDES diz que o lucro líquido dos Correios em 2020 foi de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 900 milhões de efeitos não recorrentes, como adiantamentos de impostos, resultado financeiro e reversão de provisões.

Para o governo, há uma incerteza quanto à insuportabilidade e capacidade de investimentos futuros por parte da estatal, o que reforça a necessidade da privatização. Ela precisaria investir R\$ 2 bilhões por ano para se colocar no mesmo nível de seus pares. Hoje, ela aplica cerca de R\$ 300 milhões por ano.

— Se não fosse a transformação de gestão nos últimos dois anos, tinha sério risco de os Correios se transformarem em estatal dependente do Tesouro Nacional. Os Correios precisam ser privatizados, sob pena de desastre no Orçamento — disse Mac Cord.



Problemas. Estudo do BNDES afirma que a estatal é hoje a pior empresa em tecnologia, com baixa produtividade

Auxílio emergencial é prorrogado por 3 meses

Benefício, agora, será pago até outubro; Caixa ainda vai divulgar o calendário completo de pagamentos. Ministério da Cidadania afirma que valores serão mantidos nos atuais R\$ 250 mensais por beneficiário. Novo Bolsa Família deve começar em novembro

DEMÉTRIO DANTAS
dem@ciadania.gov.br
@dem_dantas

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem a prorrogação, por mais três meses, do auxílio emergencial. O benefício acabaria em julho e, com a prorrogação, também será pago em agosto, setembro e outubro.

De acordo com o Ministério da Cidadania, serão mantidos os valores pagos atualmente. Ou seja, R\$ 250 ao mês por beneficiário, mas pessoas que moram sozinhas continuariam recebendo R\$ 150. Já mulheres chefes de família têm direito a R\$ 375. Ao todo, 39,1 milhões de famílias devem ser beneficiadas.

Em vídeo publicado nas redes sociais do presidente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a ideia é que o novo Bolsa Família, que deve ter um au-

mento de pelo menos 50% no seu valor médio, substitua o auxílio emergencial a partir de novembro.

O governo prepara um Bolsa Família turbinado, como parte da plataforma eleitoral de Bolsonaro para 2022.

— O ministro Queiroga (Marcelo Queiroga, ministro da Saúde) prevê que em mais três meses tenhamos o controle epidemiológico. O auxílio emergencial vai até lá, e aí aterrissamos no Bolsa Família, que o presidente também já determinou que tem que ter um valor substancial para proteger justamente a população mais frágil — afirmou Guedes.

O ministro da Cidadania, João Roma, que coordena os pagamentos dos benefícios sociais do governo, também afirmou que o novo Bolsa Família deverá entrar em vigor em novembro:



Benefício. Fila para receber o auxílio emergencial: governo prevê que pandemia será controlada no terceiro trimestre

— Já em novembro entraremos com o novo programa social do governo, fortalecido e ampliado, para que os brasileiros possam avançar cada vez mais.

O calendário completo de

pagamento ainda precisa ser divulgado pela Caixa Econômica Federal, responsável por depositar os valores para os beneficiários.

Criado para auxiliar a população mais vulnerável

economicamente durante a pandemia, o benefício emergencial previa, originalmente, o pagamento de quatro parcelas.

Para custear os gastos com a prorrogação do auxílio, o pre-

sidente abriu um crédito extraordinário a favor do Ministério da Cidadania. A medida provisória que criou o auxílio já previa a prorrogação, desde que observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

O valor do crédito extraordinário gira em torno de R\$ 20 bilhões. Esses recursos não estão sujeitos ao teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à inflação. Esse valor se somará a uma sobra de recursos de cerca de R\$ 8 bilhões, referente ao auxílio que começou a ser pago em março.

A extensão do auxílio emergencial por três meses já havia sido admitida por Guedes. O ministro tem afirmado que o benefício será mantido enquanto a medida for necessária para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19.

PF prende 'rei do bitcoin' por suspeita de desvio de R\$ 1,5 bi

Policiais apreendem carros, joias e dinheiro de grupo que operava criptomoedas

REGIÃO

A Polícia Federal (PF) de Curitiba apreendeu oito carros de luxo ontem em operação contra um grupo suspeito de desviar mais de R\$ 1,5 bilhão em criptomoedas. Aparentado como cabeça do esquema, o empresário Cláudio Oli-

veira, que se autoproclama o "rei do bitcoin" e é dono do Bitcoin Banco, foi preso.

Além dos veículos, avaliados em R\$ 2,5 milhões, foram apreendidas bolsas, joias e dinheiro. A operação da PF foi noticiada primeiro pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Outros quatro integrantes da quadrilha foram alvo de mandados de prisão temporária, entre eles a mulher de Oliveira e um diretor da empresa. A apuração começou em 2019, quando o grupo tentou enganar a polícia com um falso registro de crime, sobre um suposto ataque hacker.

A PF estima que ao menos 7 mil pessoas tenham sido lesadas, entre clientes das três corretoras de bitcoin da empresa, além de funcionários e prestadores de serviço.

Desde 2019, a PF afirma que o grupo deixou de pagar dívidas, noticiou um crime falso, mentiu à Justiça, alegando ter bens que eram de outras pessoas, e desviou dinheiro de investidores.

Logo após registrar o suposto ataque hacker, a empresa bloqueou todos os re-



Bens. Os carros de luxo apreendidos são avaliados em R\$ 2,5 milhões

ursos de seus clientes. O grupo informou que o dinheiro seria liberado em parcelas, o que não aconteceu, segundo os investigadores.

BLOCKCHAIN PRIVADO

Os policiais civis notaram que a empresa não colaborava com a investigação e passaram a suspeitar que o ataque hacker fosse, na verdade, um alibi para esconder algum tipo de crime.

No fim de 2019, a Justiça do Paraná concedeu ao grupo a recuperação judicial, o que interrompeu as ações cíveis a

que a empresa respondia.

A investigação, então, foi direcionada à PF por envolver suspeita de crime contra o sistema financeiro nacional. Segundo o delegado Filipe Hille Pace, Oliveira apresentou à Justiça informações falsas, pois deu como garantia para as dívidas no processo de recuperação judicial uma carteira com bitcoins que nunca foram de sua propriedade.

Outra parte da fraude envolveu a criação de uma ferramenta que funcionava como uma espécie de blockchain (sistema que registra

transações em criptomoedas) privado, explicou Pace:

— Se o cliente quisesse fazer transação entre as três corretoras, tinha que usar essa ferramenta que só existia dentro da plataforma — disse o delegado. — A partir do momento que o cliente depositava, entrava num bolo que seria administrado para os fins ilícitos do líder do grupo.

Ao checar o saldo nas contas de bitcoins, Pace disse não ter encontrado o suficiente para pagar todos os credores.

PRISÃO EM PORTUGAL

Oliveira, disse o delegado, já havia sido preso em Portugal, no fim dos anos 2000, como parte de uma investigação por estelionato e falsificação de documentos da Suíça.

Se houver condenação judicial, os carros e as joias apreendidos poderão ser leiloados. Nem todo o patrimônio adquirido por meio da suposta fraude está no nome dos responsáveis pela empresa, segundo a polícia.

O GLOBO não conseguiu contato com Oliveira e sua defesa, nem com os outros investigados.



O GLOBO

Tarifa branca, que dá desconto na conta de luz, 'não pegou'

Modelo que reduz preço fora do horário de pico atraiu só 0,06% dos consumidores. Para analistas, maior problema é falta de divulgação

BRUNO ROSA
brunorosa@globo.com.br

Criada para reduzir o consumo de energia, a chamada tarifa branca — em vigor desde janeiro de 2018 — não pegou. Com ela, é possível obter desconto na conta de luz fora do horário de pico, uma iniciativa que o atual governo quer expandir, para evitar o risco de racionamento. Nos períodos de maior demanda, porém, a energia tem sobretaxa. A ideia é aliviar o sistema em momentos de forte uso.

Apesar das vantagens, o número de consumidores que aderiram ao programa até hoje representa menos de 0,1% do total (mais precisamente, só 0,06% dos 87 milhões no país), de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A adesão, que é voluntária, chegou a crescer 52% entre o início de 2020 e março deste ano, passando de 378 mil para 57,6 mil clientes residenciais e de baixa tensão. Mas está longe do potencial.

Para analistas, a baixa divulgação por parte das concessionárias de energia explica por que o programa não deslançou. Eles defendem a criação de relatórios de consumo para que os clientes possam identificar os períodos do dia em que

consomem mais energia.

— É preciso que o consumidor, sozinho, faça suas contas e analise o perfil de consumo. A regulação é feita de uma forma que a distribuidora faz suas projeções de mercado e de receita e, se programas como esse forem bem-sucedidos, a receita pode ser menor que a projetada. Então, falta estímulo para que as próprias concessionárias incentivem (a tarifa branca) — explica Lavinia Hollanda, diretora executiva da Escopo Energia.

A tarifa branca vale apenas para os dias úteis e prevê três preços, cujos valores e os horários variam por concessionária. No caso da Light, que atua no Rio, ela vale entre 22h30 e 17h e custa R\$ 0,612 por quilowatt-hora (kWh).

EMPRESAS SÃO MAIORIA

É uma redução de 11,81% em relação à tarifa convencional, de R\$ 0,694 por kWh. No caso do horário de pico (entre 17h30 e 20h30), o valor dobra, para R\$ 1,268 por kWh. Além disso, há o horário intermediário, de 20h30 às 22h30, de R\$ 0,854 por kWh.

A empresária Márcia Arriete aderiu ao programa para reduzir a conta de luz de sua loja de decoração em um shopping na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio.



Planejamento energético próprio. Márcia Arriete aderiu ao programa para reduzir a conta de sua loja de decoração e desliga o ar-condicionado no fim da tarde

Primeiro, trocou as lâmpadas e o ar-condicionado. Depois, instalou tela especial que protege as janelas do calor do sol. Mas, ainda assim, achou pouco diante da maior seca dos últimos 91 anos e dos reajustes nas bandeiras tarifárias.

Em uma pesquisa na internet, descobriu a tarifa branca e foi atraída pela projeção de redução na conta em até 20%

— Pedi para aderir ao programa. É uma tentativa de reduzir a conta de luz e ter um consumo mais eficiente e responsável. Precisamos mudar nossos hábitos e comportamentos para a nossa geração e as futuras — diz Márcia, que comanda a Soho Design, na Barra, com a sócia Adriana Lo Bianco.

Ela brinca que criou o seu próprio planejamento energético. Desliga um dos aparelhos de ar-condicionado no fim da tarde e, como atende apenas com hora agendada, o último cliente é marcado até as 17h.

Especialistas defendem mudanças, com a criação de mais faixas de horários, permitindo uso mais consciente de energia, além de sistema de bonificação para o consumidor que reduzir o volume de consumo.

Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), defende maior divulgação, sobretudo para empresas de pequeno porte, que não têm demanda suficiente para comprar energia no mercado livre.

Na tarifa branca, as empresas somam 57,9% dos megawatt consumidos por mês (MWh/mês), seguidos por residencial, com 40,1% e rural.

O Ministério de Minas e Energia vêm se reunindo com a indústria desde o mês passado para criar um incentivo à redução do consumo nos momentos de pico da demanda pelos grandes consumidores, nos moldes da tarifa branca.

— O investimento todo do setor é justamente para atender (a demanda) nos momentos de pico. Hoje, o risco é não ter energia suficiente por conta do baixo nível de água nos reservatórios — diz Alexei.

Para os especialistas, as concessionárias deveriam criar relatórios de consumo para clientes residenciais e de pequeno porte. Dessa forma, seria possível mensurar o período diário de maior consumo.

— O consumidor precisa saber que, dependendo da hora, a energia é mais cara. A tarifa branca tem conceito interessante, mas não é sustentável, pois a distribuidora repassa o custo da redução de receita durante a revisão tarifária, onerando os demais — afirma Claudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil.

O consumidor que quiser aderir deve fazer uma solicitação à distribuidora, que terá um mês para instalar um novo

medidor de energia. Se verificar que não é vantajoso, poderá pedir o retorno à tarifa convencional, o que levará 30 dias.

— É preciso modernizar o setor, permitindo que o consumidor pequeno possa entrar no mercado livre, escolher seu fornecedor de energia — explica Clauber Leite, coordenador do Programa de Energia do Idec.

Na área de concessão da Enel, são 1.942 clientes. Lá, a tarifa branca vale das 22h às 16h. Nesse intervalo, o kWh é de R\$ 0,571, menor que o R\$ 0,714 da convencional. No horário da ponta, sai a R\$ 1,333. Já o horário intermediário tem valor de R\$ 0,880 entre 16h e 18h e, depois, das 21h às 22h.

— É uma oportunidade para parte de nossos clientes. A tarifa branca exige postura mais ativa e vigilante do consumidor — diz a diretora de Mercado da Enel Distribuição Rio, Ana Teresa Raposo.

Petrobras reajusta gasolina, diesel e gás de botijão

Aumento de combustível, de até 6,32%, é o primeiro na gestão de Silva e Luna e reflete avanço do preço do petróleo no mercado internacional e maior consumo na Ásia. Estatal diz que evita repasse imediato. Para analistas, novas altas podem ser anunciadas

por UNO ROSA
www.oglobo.com.br

A Petrobras vai reajustar de uma só vez os preços da gasolina, do diesel e do gás de botijão (GLP) a partir de hoje. No caso da gasolina, o preço médio por litro na refinaria sobe 6,32%, de R\$ 2,53 para R\$ 2,69. Assim, acumula alta de cerca de 46% desde janeiro.

No diesel, o avanço foi de 3,69%, de R\$ 2,71 para R\$ 2,81 em média por litro nas refinarias. Desde janeiro, a alta acumulada é de 39%.

No GLP, para as distribuidoras, o valor passará a ser de R\$ 3,60 por quilo, refletindo um aumento médio de R\$ 0,2. É uma alta de 5,8%. No ano, segundo fontes do setor, o preço do gás de botijão acumulou alta de 38%.

Esse é o primeiro aumento nos preços da gasolina e do diesel desde que Joaquim Silva e Luna tomou posse com o presidente da Petrobras, no dia 19 de abril. Ele foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para substituir Roberto Castello Branco após uma série de reajustes de combustíveis em razão do aumento do preço do petróleo no mercado internacional. A escalada de preços motivou queixas dos caminhoneiros, que fazem parte da base do presidente.

Representantes da categoria pressionam por um controle dos preços do diesel. Isso implicaria, no entanto, prejuízos para a Petrobras, que tem como política repassar aos preços as oscilações do câmbio e da cotação internacional do petróleo.

Segundo uma fonte do se-

tor, os aumentos refletem o avanço do preço do petróleo no mercado internacional, estoques baixos no Golfo do México e alta no consumo na Ásia, em razão do reaquecimento da economia.

Em nota, a estatal disse que "busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais. Os preços praticados pela Petrobras seguem buscando o equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as vari-

46%

É o reajuste acumulado da gasolina este ano

No caso do diesel, o aumento nas refinarias pela Petrobras desde janeiro chega a 39%

ações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo".

POSTOS VÃO REPASSAR ALTA

Paulo Miranda, presidente da Fecom Combustíveis, que reúne os postos de abastecimento, disse que a alta já era esperada e o setor vai repassar para o consumidor por não ter "gordura para queimar".

— Desde que Silva e Luna assumiu ainda não havia tido aumento de preços. Por isso, havia defasagem, e o mercado já esperava aumento nos preços dos combustíveis — afirmou Miranda.

Cristiano Costa, analista da J Global Energy, com sede no Texas, disse que o reajuste é reflexo do aumento do preço do petróleo no mercado internacional, que está em alta com a maior demanda nove-

rão nas economias do Hemisfério Norte, que se recuperaram com o avanço da vacinação, e da cotação do dólar.

— Overton nos EUA está elevando o consumo de combustível, já que as pessoas estão se locomovendo mais com o avanço da vacinação. Isso pressiona a cotação do barril, que começou o ano em US\$ 40 e hoje está na faixa dos US\$ 70. Além disso, o preço do dólar vem subindo no Brasil por causa das incertezas políticas. Dessa forma, a Petrobras precisou reajustar os preços, pois precisa manter a paridade, já que está em processo de venda de vários ativos, como as refinarias — analisou Costa.

Segundo ele, a tendência é de preços maiores nos próximos meses por causa do aumento da demanda global.

Segundo Guilherme Sousa,

economista da Ativa Investimento, mesmo após essa alta na gasolina, ainda há espaço potencial de nova elevação de até 14% pela Petrobras no curto prazo:

— O acréscimo feito pela Petrobras segue em linha com nossas estimativas, pois sempre informamos que as altas para mitigar a defasagem poderiam ser feitas de forma fracionada.

Sergio Araujo, presidente da Abicom, associação que reúne os importadores, diz que ainda há mais espaço para reajuste para que os preços fiquem alinhados com o exterior.

Étore Sanchez, da Ativa, avalia que o reajuste na refinaria afetaria as bombas apenas no terceiro decêndio de julho, com impacto proporcional no IPCA de julho e integral em agosto.

Auxílio emergencial: Em dia de novas denúncias, Bolsonaro prorroga benefício por três meses

Presidente é suspeito de promover “rachadinha” enquanto era deputado federal e aparece atrás em pesquisa para eleição de 2022

Por Fabio Murakawa e Edna Simão — De Brasília

06/07/2021 05h01 · Atualizado há uma hora



O Palácio do Planalto anunciou ontem a prorrogação do auxílio emergencial por três meses, até outubro. O anúncio, a mais de três semanas do fim das quatro parcelas do atual auxílio, ocorreu em dia de noticiário ruim para o presidente Jair Bolsonaro, com gravações de uma ex-cunhada afirmando que ele promovia a chamada “rachadinha” para confiscar parte dos salários de seus funcionários quando era deputado federal.

A Presidência divulgou a medida por meio de nota, sem no entanto informar a quantia. Mas, segundo o governo, o auxílio terá o mesmo valor pago atualmente. Hoje, o benefício varia de R\$ 150 para quem vive sozinho a R\$ 375 para mães chefes de família. Outros beneficiários recebem R\$ 250.

Também de acordo com fontes do Executivo, o custo mensal do auxílio é de cerca de R\$ 9 bilhões. Para viabilizar a nova rodada de três meses, Bolsonaro solicitou ao Congresso um crédito extraordinário de cerca de R\$ 20 bilhões.

Além disso, será utilizada a sobra de quase R\$ 8 bilhões do teto de R\$ 44 bilhões autorizado pelos parlamentares para pagamento das quatro parcelas do programa, que terminam neste mês. O pagamento do benefício será automático. Os critérios de elegibilidade não foram alterados. O número de beneficiários está em cerca de 39,3 milhões, segundo o governo.

Minutos após o anúncio, Bolsonaro publicou vídeo nas redes ao lado de ministros e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para informar a prorrogação.

“Juntamente com o presidente do Senado, estamos prorrogando o auxílio emergencial por mais três meses - agosto, setembro e outubro -, enquanto acertamos o novo valor do Bolsa Família para o ano que vem”, afirmou.

Também estavam no vídeo os ministros Paulo Guedes (Economia), João Roma (Cidadania), Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo).

Em 2020, o governo chegou a pagar uma ajuda de R\$ 600, o que impulsionou a popularidade do presidente em meio à pandemia.

Embora tenha se oposto a um valor dessa magnitude, Guedes, acredita ser importante o pagamento até outubro, quando o governo acredita que toda a população já deve estar vacinada.

“A economia brasileira voltando a crescer, vacinação em massa, presidente Bolsonaro, presidente Pacheco, presidente [da Câmara Arthur] Lira (PP-AL) acertaram logo no início do ano a prorrogação do auxílio emergencial e a vacinação em massa. O ministro [da Saúde, Marcelo] Queiroga está avançando com a vacinação em massa. A economia voltando, retorno seguro ao trabalho”, afirmou Guedes. “Com esses três meses adicionais agora, vão ser sete meses. Isso aí é para dar essa proteção enquanto atingimos a vacinação em massa da população brasileira.”

Pacheco, por sua vez, disse que a ajuda aos mais vulneráveis é uma “das principais demandas do Parlamento”. Ele pediu ainda “pacificação” e “respeito às divergências”, sem citar a CPI da Pandemia instalada no Senado e que tem servido para fustigar Bolsonaro.

“Neste momento, nós precisamos mais do que nunca de diálogo permanente, de pacificação, de busca da identificação dos consensos e respeito às divergências. Portanto, esse é um ambiente que a sociedade brasileira espera que nós possamos dar a ela”, afirmou.

Essa deve ser a última prorrogação do auxílio. Após outubro, o governo pretende reempacotar o Bolsa Família, que pode ganhar um novo nome para dar uma marca social ao governo Bolsonaro. No vídeo postado pelo presidente, Roma faz referência a isso.

“Já em novembro, entraremos com o novo programa social do governo, fortalecido e ampliado, para que os brasileiros possam também avançar cada vez mais, não só com o suporte do Estado brasileiro para esse momento de vulnerabilidade, mas também com todos os auxílios para que ele possa vencer e avançar na sua situação e na sua qualidade de vida”, afirmou o ministro da Cidadania.

Além da reportagem do UOL que implicou Bolsonaro no caso das rachadinhas, uma pesquisa CNT/MDA trouxe más notícias para o presidente ontem.

De acordo com o levantamento, o ex-presidente Lula aparece com 41,3% das intenções de voto no primeiro turno, contra 26,6% de Bolsonaro. Bolsonaro também é derrotado por Lula em simulação de segundo turno. A desaprovação do presidente atingiu 62,5%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Bota Caterpillar em couro legítimo

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia.

CUIDAPROST

LINK PATROCINADO

Essa organizadora é o item que falta para acabar com a bagunça da sua casa

HOPY

LINK PATROCINADO

Dívida elevada das famílias pode deteriorar o crédito

Inflação elevada e o menor valor do auxílio emergencial estão pesando no orçamento doméstico

06/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Níveis recordes de endividamento da população podem conturbar o mercado de crédito em momento em que a recuperação da economia ainda ocorre em ritmo lento, em cenário de preocupação com a pandemia, elevação da inflação e tensão política. O quadro pode ficar pior dependendo da escalada da alta dos juros básicos da economia e seu repasse para as taxas do crédito. O mercado de trabalho fraco também influencia negativamente ao limitar a renda disponível para o pagamento das dívidas.

O Banco Central (BC) divulgou que o estoque de crédito cresceu 1,2% em maio, acumulando 16,1% em 12 meses. O ritmo segue o padrão de 2020, quando a expansão foi de 15,7%, impulsionada pelas medidas de afrouxamento patrocinadas pelo governo para aliviar os efeitos da pandemia. As operações de crédito para a pessoa física cresceram 16,5% nos 12 meses terminados em maio, na dianteira dos empréstimos para as empresas, que avançaram 15,7%. Algumas linhas direcionadas para as famílias, especialmente as sem garantia, avançaram mais, como o cartão para pagamento à vista, que teve aumento de 40,6%; e o crédito pessoal, de 19,1%, ambos em 12 meses.

Apesar de os bancos se declararem otimistas e animados com o negócio, especialmente com as pessoas físicas, as operações de crédito devem evoluir menos do que em 2020. As grandes instituições projetam que as carteiras vão crescer ao redor de 10% (**Valor** 29/6). O próprio BC incluiu no Relatório Trimestral de Inflação, divulgado no fim de junho, a estimativa de aumento de 11,1%. O percentual é superior aos 8% projetados em março, mas fica abaixo de 2020.

Ao longo dos próximos meses, portanto, haverá uma desaceleração das operações em comparação com o ritmo atual. Tão negativo quanto será a inevitável elevação das taxas de juros cobradas em consequência do repasse do aumento da Selic. Atualmente, o Índice de Custo de Crédito (ICC) se mantém estável em 17,2% ao ano. Mas a tendência agora é de alta.

A desaceleração das operações e a elevação das taxas vai ocorrer em um momento em que as pessoas estão bastante endividadas. O endividamento das famílias calculado pelo BC bateu novo recorde em março, chegando a 58%, meio ponto acima do registrado em fevereiro. Já o comprometimento da renda, que leva em conta a renda mensal em relação aos pagamentos das parcelas, ficou estável em 30,5%, na comparação com fevereiro. Os cálculos são feitos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e, por isso, são divulgados com defasagem.

O Banco Central acompanha o número “com atenção”, mas não o considera um motivo de preocupação, “diante da solidez do Sistema Financeiro Nacional”, como disse o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, ao apresentar o balanço do crédito em maio. Além disso, a inadimplência segue em níveis baixos e ficou em 2,3% em maio.

A situação das famílias não pode ser vista com a mesma tranquilidade, porém. A estabilidade da inadimplência é devida em parte pelas renegociações feitas como parte do afrouxamento inspirado pelo BC no ano passado.

Pesquisas baseadas em outros critérios apresentam um quadro mais preocupante. Levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que considera como dívidas as contas em aberto no cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa, mostrou ao fim do semestre a maior proporção de famílias endividadas em mais de uma década. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), iniciada em 2010, 69,7% de brasileiros tinham dívidas em junho, um percentual recorde. Na comparação com junho de 2020, quando o total de endividados somava 67,1%, o avanço foi de 2,5 pontos. Em junho, houve piora também na inadimplência, pelo segundo mês consecutivo. O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso alcançou 25,1%, ante 24,3% em maio. No mês de junho de 2020, a inadimplência era maior, alcançando 25,4% das famílias.

As fragilidades no mercado de trabalho, a inflação mais elevada, agora impulsionada pela alta da energia, e o menor valor do auxílio emergencial estão pesando no orçamento doméstico. Espera-se que, com a alta dos juros, as famílias cortem os gastos e evitem contratar novas dívidas. Mas terão que digerir e liquidar os compromissos antigos assumidos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

Gestão Silva e Luna aumenta o diesel e a gasolina pela 1ª vez

Petrobras dá sinal positivo ao mercado, ao elevar preços dos combustíveis, mas ainda mantém desconto em relação à referência internacional

Por André Ramalho, Gabriela Ruddy e Lucas Hirata — Do Rio e de São Paulo

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Ao anunciar um reajuste de 6,3% para a gasolina e de 3,7% para o diesel, válido a partir de hoje nas refinarias, a Petrobras aumenta, pela primeira vez, os preços dos dois combustíveis durante a gestão Joaquim Silva e Luna. Com a alta, o general acena positivamente aos investidores - que viram com desconfiança a troca recente no comando da estatal, por intervenção de Jair Bolsonaro. O aumento, porém, ainda é insuficiente para eliminar o desconto praticado pela petroleira em relação ao mercado internacional, num momento em que o petróleo atinge os maiores níveis desde outubro de 2018.

A prática de preços talvez seja a maior preocupação de investidores com o novo comando da empresa, desde que o ex-presidente, Roberto Castello Branco, foi destituído em meio a queixas públicas do presidente da República aos reajustes estatal. Junto com a alta da gasolina e do diesel, a empresa também elevou em 6% o preço do gás liquefeito de petróleo (GLP).

Os reajustes ocorrem uma semana após encontro de Silva e Luna com a diretoria do Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC).

A despeito dos reajustes e da valorização do petróleo, as ações da Petrobras fecharam o pregão de ontem com queda de 1,13%. Uma análise mais detalhada da evolução das ações da petroleira sugere, no entanto, que o efeito dos reajustes foi positivo. Isso porque os papéis da empresa chegaram a cair 2,7% nas mínimas do dia, mas amenizaram a baixa na parte da tarde, após a divulgação dos aumentos nos combustíveis. Vale lembrar ainda que a sessão de ontem foi marcada por baixa liquidez, devido ao feriado nos Estados Unidos - o que acarreta em movimentos mais bruscos de preços.

Os reajustes da Petrobras foram interpretados por analistas do Credit Suisse como um sinal positivo, que ajuda a aliviar a pressão em relação a paridade internacional. O desconto frente ao preço de paridade de importação (PPI), no entanto, permanece: 5% na gasolina e 3% no diesel, segundo o banco.

Já a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) estima que a defasagem média caiu de 12% para 7% na gasolina - o equivalente a R\$ 0,19 o litro. No diesel, o desconto recuou de 7% para 3%, ou R\$ 0,09 por litro. "Apesar de ainda existirem defasagens, a estatal sinaliza que está buscando seguir a paridade internacional", disse o presidente da entidade, Sérgio Araújo.

O reajuste de ontem da estatal significou alta de R\$ 0,16 no litro da gasolina e de R\$ 0,10 no diesel. Foi a terceira mexida nos preços dos combustíveis na gestão Silva e Luna, em pouco mais de dois meses de administração: no dia 1º de maio, a empresa havia reduzido em 2% o diesel e a gasolina; e, em 11 de junho, cortado em 1,9% a gasolina e aumentado em 6% o GLP.

Para o economista-chefe da Ativa, Étore Sanchez, desta vez a Petrobras acertou ao aumentar os preços - ao contrário da redução na gasolina anunciada em junho, quando a tendência do mercado apontava para uma alta. "Mas o dano que foi causado pela interpretação ruim do reajuste negativo anterior não é apagado pelo movimento desta vez, é preciso ter uma reconstrução de credibilidade da companhia",

afirma o analista, que calcula que a empresa ainda tem espaço para aumentar em 14% os preços da gasolina no curto prazo.

A Ativa estima que o impacto integral dos reajustes no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) só deve ocorrer em agosto. Para Sanchez, é improvável que a estatal faça novos aumentos no curto prazo. Para a pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Ineep), Carla Ferreira, os reajustes anunciados ontem podem indicar uma aposta da estatal num barril mais caro no futuro próximo, num momento em que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados discutem um relaxamento dos controles de extração adotados desde 2020. “A presidência atual da Petrobras parece estar mais preocupada com o repasse da volatilidade para o mercado interno, o que pode ser, inclusive, uma preocupação política”, afirmou.

Apesar de os reajustes aliviarem o caixa da Petrobras, os preços da estatal seguirão sendo acompanhados por lupa pelos investidores. “Se continuar a tendência do petróleo em alta e o câmbio depreciando de novo, a pressão por aumento de preços vai continuar”, afirmou um gestor de ações, sob a condição de anonimato. Há quem veja, porém, um exagero na preocupação do mercado em torno da questão. “A Petrobras não é uma empresa exclusivamente ligada a política de preços, vai muito além disso. Para mim, o maior ponto de atenção é a desalavancagem e os desinvestimentos”, comentou um outro gestor, que considera pequeno o atual desconto ante o PPI.

O reajuste ocorre em meio à alta do petróleo. No dia 25 de junho, Silva e Luna afirmou que aguardaria para ver se a valorização recente do barril se consolidaria como uma tendência, antes de um eventual reajuste. “Separamos aquilo que é conjuntural do que é estrutural”, afirmou. A crítica de analistas é a de que as reduções anteriores não seguiram esse critério.

O novo presidente assumiu o comando da estatal prometendo reduzir as volatilidades nos reajustes. E, de fato, o início de trabalho do general marca uma mudança de perfil. Até o momento, a empresa mexeu nos preços da gasolina a cada 26 dias sob o comando dele, enquanto no diesel o intervalo é de 39 dias. Para efeitos de comparação, a gestão Castello Branco vinha trabalhando em 2021 com uma média praticamente de um ajuste a cada duas semanas.

No início da atual administração, o câmbio favorável vinha permitindo à petroleira segurar reajustes sem se distanciar do PPI. Nas últimas semanas, porém, a alta do óleo se intensificou. Desde junho, a cotação do barril rompeu os US\$ 70 e fechou ontem a US\$ 77.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

Inflação estrutural será acima de 4% em 2022, aponta estudo

Indexação, situação fiscal e menor produtividade da economia estão entre fatores que pesam no cenário

Por Lucianne Carneiro — Do Rio

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



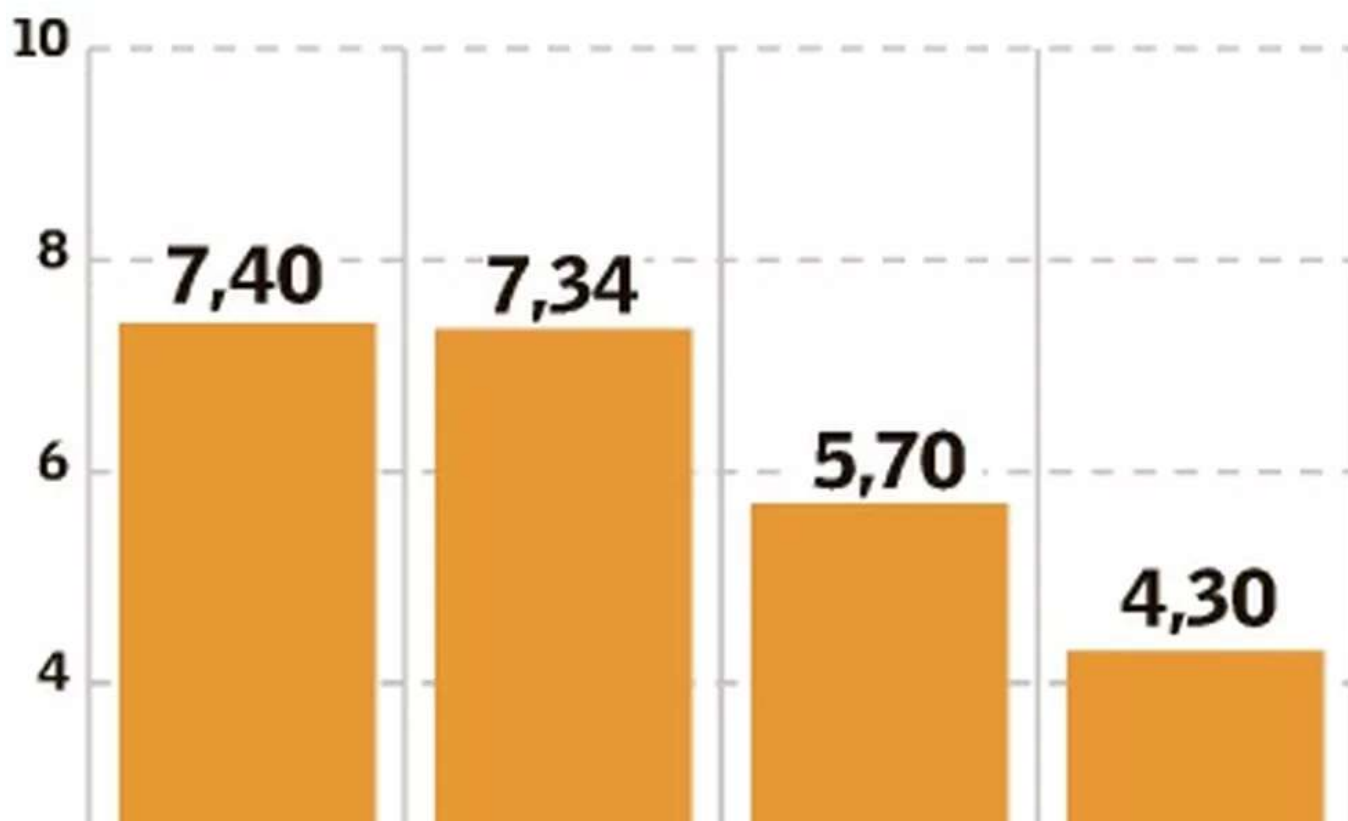
A despeito da mais recente projeção do Boletim Focus de que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique em 3,77% em 2022, bem abaixo dos mais de 6% estimados para 2021 na mediana do mercado, estudo aponta que a chamada persistência da inflação deve impedir que o índice fique abaixo de 4% no próximo ano. Com base em modelos econométricos, o trabalho estima que a inflação estrutural brasileira seja de 4,3% no ano que vem.

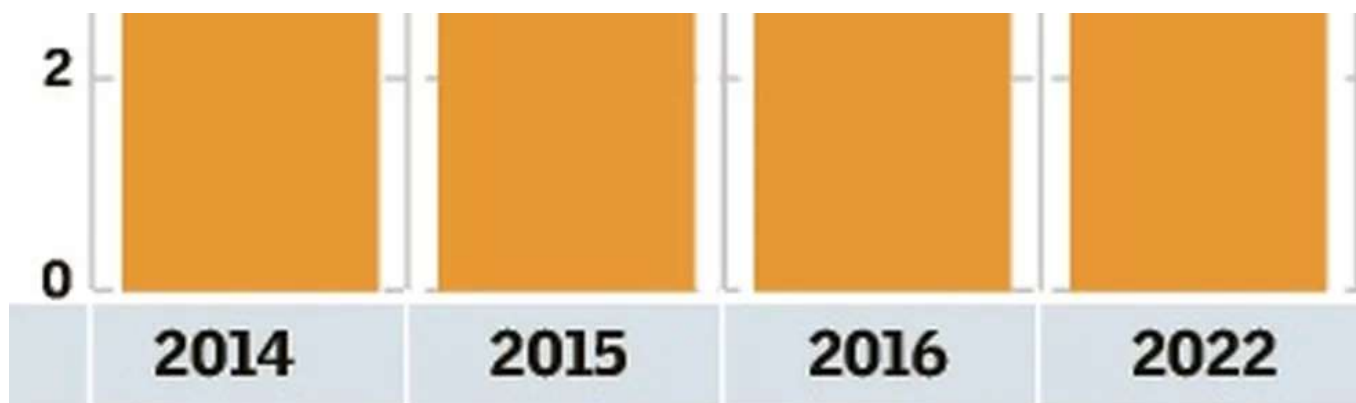
O conceito de persistência inflacionária pode ser explicado como uma espécie de resiliência da inflação, ou seja, a capacidade de ela retomar ao nível anterior após um determinado choque, seja de câmbio, seja de commodities, por exemplo. Quanto maior é a persistência, maior é a tendência de que a inflação se mantenha em alta, mesmo após o fim de um choque.

No caso brasileiro, fatores como indexação, situação fiscal e menor produtividade da economia contribuem para essa inflação mais persistente, de acordo com especialistas.

Inflação estrutural

Estimativas de persistência - em %





Fonte: JF Trust

Com a clareza cada vez maior de que, em 2021, o país vai estourar o teto da meta de inflação, aumenta a atenção para o cenário do próximo ano, que já é o foco da atuação do Banco Central. O centro da meta de 2022 é de 3,5% e a mediana mais recente do mercado, pelo Boletim Focus, indica IPCA de 3,78%.

Autor do estudo, o economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho, afirma, no entanto, que os modelos econométricos de persistência inflacionária e o cenário atual apontam para uma taxa acima dos 4% no ano que vem.

“De 2014 para cá, a persistência inflacionária recuou, mas os diferentes modelos econométricos apontam para uma persistência inflacionária entre 3,91% e 4,38% em 2022. O melhor modelo aponta 4,3%. Dificilmente é sustentável uma inflação abaixo de 4%”, diz ele.

Esses cálculos de persistência inflacionária já excluem a influência de choques nos preços provocados por variação no câmbio ou em preços de commodities, por exemplo, o que permite uma ideia mais apurada da persistência ao longo do tempo, explica o economista. Se fossem incluídos esses choques, os números obtidos ficariam entre 4,41% e 5,54%.

Na avaliação de Velho, as estimativas de persistência inflacionária oferecem uma capacidade melhor de previsibilidade da inflação futura que as medidas dos núcleos da inflação. Essas últimas, diz ele, são mais pró-cíclicas que antecedentes.

Neste momento, em que o centro da meta será cada vez menor ao longo dos próximos anos - 3,5% em 2022, 3,25% em 2023 e 3% em 2024, como recém determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) -, ganha importância esse cenário.

“A persistência da inflação ajuda a dar o norte para o Banco Central enfrentar uma meta de inflação mais baixa. Ela engloba não só a inércia, que é o grau de retroalimentação de preços com a inflação passada, como também outros fatores, como a estrutura de custos da economia”, afirma o economista da JF Trust Gestora de Recursos.

Entre os fatores que ainda pesam para a persistência da inflação brasileira, ressalta Velho, estão a indexação, a situação fiscal, a menor produtividade da economia e episódios mais recentes de congelamento de tarifas. “Há um bom tempo não temos um default da dívida e a persistência inflacionária é muito menor que já foi. Mas há fatores que continuam pesando”, argumenta.

Para o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal, os mecanismos de indexação ainda existentes na economia brasileira são os principais responsáveis pela persistência inflacionária, especialmente o reajuste do salário mínimo pela inflação passada e a correção dos contratos de aluguel por índices de preços.

Com reajuste pela inflação passada determinado pela legislação, destaca Leal, o salário mínimo é o mais importante instrumento de indexação da economia brasileira. “São duas formas básicas de retroalimentação da inflação: ele é um farol, uma referência para a remuneração do mercado, como um salário mínimo, dois salários mínimos, e também uma referência para grande parte dos reajustes de aposentados e pensionistas”, diz.

Essa indexação ainda está ligada ao nosso longo passado inflacionário, defende o economista-chefe do Banco Alfa, lembrando que esse tipo de reajuste do salário mínimo pela inflação passada não é uma realidade nos Estados Unidos, por exemplo.

Por causa desse mecanismo de indexação trazido pelo salário mínimo, aponta ele, pode ocorrer contágio da inflação de 2021 para o próximo ano.

“Não é o fato de que o BC vai estourar a meta em 2021 per si que é um problema. A questão é que a indexação dos salários acaba trazendo uma inflação contratada para o próximo ano. E isso pode afetar o setor de serviços, que tem uma parte grande do custo formada por mão de obra e deve estar em processo de recuperação”, argumenta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia.

CUIDAPROST

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

TOTAL BLOCK

Participação da indústria no PIB cresce na pandemia

Serviços perdem espaço na economia com isolamento social

Por Rodrigo Carro e Alessandra Saraiva — Do Rio

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Juliana Trece, do FGV Ibre: "Isso não quer dizer que o processo [de desindustrialização] parou; é uma questão pontual" — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A pandemia está ampliando a participação da indústria de transformação na economia brasileira em 2021. Menos sujeito aos efeitos das restrições impostas pelo combate à covid-19, esse segmento tem elevado sua participação no Produto Interno Bruto (PIB).

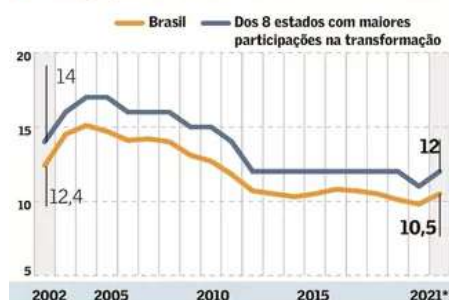
No sentido inverso, o setor de serviços, por natureza mais dependente da normalização das atividades sociais, perde espaço. A revitalização fabril interrompe, ao menos momentaneamente, o processo de desindustrialização da economia tanto no âmbito nacional quanto no regional.

Pesquisador sênior do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), Samuel Pessôa calcula que, no segundo trimestre de 2020, a fatia da indústria de transformação no valor adicionado do PIB era de 9,7%, conforme indica a média móvel trimestral do indicador. Essa parcela subiu para 10% no primeiro trimestre deste ano. Valor adicionado é o que é incorporado aos bens e serviços à medida em que são transformados durante as etapas do processo produtivo.

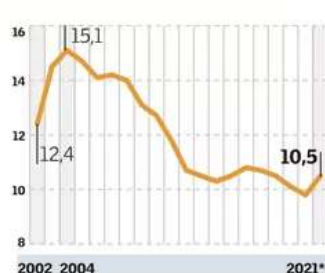
O desempenho da indústria no país e nos Estados

Números de 2021 indicam que atividade fabril ganhou fôlego durante a pandemia

Participação corrente da indústria no PIB - em %



Participação corrente da indústria de transformação no PIB - em %



Diferença de participação da indústria de transformação no PIB, por períodos - em p.p.

	2002-2018	2002-2020	2002-2021
Brasil	-1,8	-2,6	-1,9
São Paulo	-2,8	-3,7	-2,6
Minas Gerais	-1,2	-1,2	0,0
Rio Grande do Sul	-2,0	-2,0	-1,3
Paraná	-0,9	-0,8	1,2
Santa Catarina	-4,3	-4,8	-2,4
Rio de Janeiro	-0,7	-1,2	-1,2
Bahia	1,7	1,2	-0,4
Amazonas	-3,5	-4,0	-1,5

Variação do índice de volume real dos setores em 2021 - em %



Elaboração: FGV Ibre - Fonte: IBGE e Banco Central. *2021 com base em dados disponíveis até abril ** Não são apresentados dados de serviços para o Amazonas devido ao fato de a Pesquisa Mensal de Serviços não ter informações disponíveis para este Estado.

Pessôa afirma que a mesma tendência foi observada no dado trimestral (sem média móvel), que é mais volátil. Nesse caso, a fatia da indústria de transformação no valor adicionado do PIB avançou de 9,9%, no quarto trimestre de 2019, para 10,3% nos primeiros três meses deste ano.

“A indústria reagiu forte à pandemia. Nós não sabemos até quando vai durar”, diz Pessôa. “A indústria opera hoje, a indústria no mundo todo, em níveis significativamente maiores do que operava no quarto trimestre de 2019.”

Também pesquisadora do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas, Juliana Trece explica que o comportamento da indústria de transformação no país guarda forte correlação com o da indústria em geral. Ambas as atividades apresentaram trajetórias muito similares nas últimas décadas. A transformação é de longe a atividade com maior participação dentro da indústria total: 55,4% em 2020, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir da análise de dados de oito Estados brasileiros que respondem por 85% do valor adicionado da indústria da transformação brasileira, Juliana estimou que em seis deles a indústria de transformação teve melhor desempenho do que o setor de serviços em 2021. A comparação se baseia na variação do índice que mede o volume real da produção dos setores entre janeiro e abril de 2021 ante o mesmo período do ano passado.

Em São Paulo, por exemplo, a pesquisadora calcula que o volume da produção da indústria da transformação tenha aumentado 16,4% no período, contra um avanço de 4,1% dos serviços. No escopo nacional, a distância foi menor: +12,1% (transformação) contra +3,7% (serviços), projeta Juliana.

“O caráter da atividade industrial não requer tanto isolamento social. Já o setor de serviços tem muitas atividades que requerem o contato pessoal”, diz Juliana. “Tudo indica que os serviços vão ter desempenho pior que a indústria em 2021, vão perder participação no bolo.”

Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE sobre o desempenho do setor atestam que, em maio de 2021, a produção industrial nacional avançou 1,4% em relação a abril na série com ajuste sazonal, interrompendo três meses consecutivos de queda, quando acumulou perda de 4,7%. Com o resultado de maio, a indústria chega ao mesmo patamar de fevereiro de 2020, no cenário pré-pandemia.

Num horizonte de tempo mais amplo, porém, é visível a retração da indústria. Entre 2002 e 2018, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro encolheu 1,8 ponto percentual, segundo dados do Sistema de Contas Regionais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Embora essas informações só estejam disponíveis até 2018, Juliana Trece estima que para o período de 2002 a 2020 o recuo foi ainda maior: -2,6 pontos percentuais, devido aos efeitos iniciais da crise sanitária.

Com o acréscimo dos dados de janeiro a abril deste ano, a perda de participação fica menos intensa (-1,9 ponto percentual entre 2002 e 2021). “Isso não quer dizer que o processo [de desindustrialização] parou. É uma questão pontual. Não é possível determinar o que vai acontecer porque a pandemia não acabou”, ressalta a pesquisadora.

Diretor da seção de Ribeirão Preto do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e empresário da indústria de borracha, Guilherme Feitosa destaca que o fenômeno da desindustrialização não é novo no Brasil. E vem ocorrendo de forma mais incisiva desde abertura comercial promovida pelo governo Fernando Collor nos anos 1990.

“O que aconteceu na pandemia foi uma reorganização da cadeia produtiva mundial”, sustenta ele. Em meio à crise na economia global causada pelo avanço da covid-19, segmentos específicos da economia foram mais demandados - como a indústria extrativa de commodities, com maior procura por grãos, por exemplo, acrescenta Feitosa. Isso, na prática, eleva parcela de indústria extrativa em detrimento da indústria da transformação, argumenta o diretor.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Comande um tanque e acabe com seus inimigos.

WORLD OF TANKS PC

Jogar

LINK PATROCINADO

Pequena empresa será afetada por mudanças

Pela proposta do governo, pagamentos feitos a sócios podem ser enquadrados como distribuição disfarçada de lucro

Por Beatriz Olivon — De Brasília

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Pequenas e médias empresas familiares também devem ser afetadas por alguns pontos da reforma no Imposto de Renda. Mesmo que se qualifiquem para a isenção de até R\$ 20 mil por mês prevista na tributação de dividendos, deverão ficar atentas a pagamentos feitos a sócios, como aluguel, plano de saúde e mensalidade escolar.

Esse tipo de gasto, de acordo com a proposta, pode ser enquadrado como distribuição disfarçada de lucro. Mesmo sendo uma previsão geral, afirma a advogada Júlia Vituli, do Candido Martins Advogados, pode afetar diretamente as empresas familiares.

Hoje, esse tipo de pagamento pode ser tributado como benefício concedido à pessoa física, segundo Edison Fernandes, sócio do FF Advogados. Existem autuações sobre o assunto, acrescenta, mas envolvem, por exemplo, sócio que é da família e não trabalha na empresa. “Isso não está no foco da fiscalização, o que deverá mudar com a tributação de dividendos”, diz o tributarista.

Hoje a distribuição disfarçada de lucro contempla outras situações. Ela é tributada em 35% e se caracteriza em casos de transferência de lucro para empresa que tem prejuízo em um grupo, por exemplo.

Para Fernandes, apesar do texto da reforma, não faria sentido impedir o pagamento de plano de saúde a um sócio que trabalha na empresa se todos os funcionários são contemplados com o benefício. O advogado diz já ter recebido consultas sobre esse ponto do texto.

A chamada distribuição disfarçada de lucros engloba pagamentos indedutíveis para as empresas, reforça a advogada Thais Veiga Shingai, sócia do escritório Mannrich Vasconcelos. “É uma imputação grave”, afirma. “A premissa da distribuição disfarçada de lucros é atingir situações que fujam da normalidade e sejam praticadas com pessoas ligadas à empresa. Mas será que um plano de saúde foge à normalidade?”

PPSA prevê alta na arrecadação e sua privatização como remota

A Pré-Sal Petróleo espera arrecadar R\$ 800 milhões com a comercialização do óleo ao qual a União tem direito nos contratos de partilha do pré-sal

Por André Ramalho — Do Rio

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) espera arrecadar neste ano pouco mais de R\$ 800 milhões com a comercialização do óleo ao qual a União tem direito nos contratos de partilha do pré-sal. Puxado pela recuperação dos preços da commodity em 2021, o montante é maior que os R\$ 627,8 milhões levantados em 2020. O presidente da estatal, Eduardo Gerk, afirma que a companhia pretende fazer, nos próximos meses, um leilão para vender novos volumes ao mercado.

Com a PPSA no alvo do plano de privatizações do ministro da Economia, Paulo Guedes, Gerk conta ao **Valor**, ainda, que vê como remotas as chances de a iniciativa prosseguir, no momento.

“Diria que não esfriou não, diria que congelou [a privatização]. Oficialmente nunca recebemos qualquer pedido do governo para qualquer plano nesse sentido, esta é a verdade. Então acho essa possibilidade muito remota... É muito difícil, a nível legal. Dependeria de decisões do Congresso, modificações legais, não é muito simples, nem é muito razoável. Mas não é uma decisão nossa. O que o governo decidir, o que tiver de ser vamos acatar”, comentou.

A PPSA representa a União nos contratos de partilha e estima que, até 2030, movimentará cerca de US\$ 75,3 bilhões com a comercialização do petróleo do Estado brasileiro, segundo estimativas do novo painel interativo lançado pela estatal. A privatização da companhia consistiria, assim, numa megaoperação de antecipação de receita oriunda do óleo da União.

A política de comercialização do óleo da União permite à PPSA vender os volumes diretamente, preferencialmente por leilão, ou por meio da contratação de um agente comercializador. Até hoje, a estatal ofereceu ao mercado, por conta própria, todas as cargas.

Em abril, a empresa tentou, sem sucesso, contratar um agente comercializador, para a venda dos volumes de óleo da União em Tupi (ex-Lula), o maior campo do país. Na concorrência, não houve ofertas, embora a Petrobras, Equinor e Total estivessem inscritas. Segundo Gerk, a estatal busca alternativas para tornar o processo licitatório mais atraente. “Ainda não descartamos retomar o

processo de licitação para contratação do agente comercializador mais para frente, atualizando o edital”, diz.

Enquanto isso, a PPSA vai replicar o modelo já testado em 2018 e seguir com venda direta, feita pela própria companhia. O leilão está previsto para ocorrer, “no máximo, até setembro”.

A estatal ainda está definindo as regras do edital. Gerk cita que a grande novidade de 2021 é o volume de produção do campo de Búzios, o segundo maior do país. A estimativa é que a União passe a deter 5 mil barris/dia a partir do momento em que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) cancelar o acordo de coparticipação assinado entre a Petrobras, PPSA e as chinesas CNOOC e CNODC. Além disso, Tupi acumula mais de 1 milhão de barris da União, prontos para serem vendidos.

O acordo de coparticipação de Búzios visa a regular a coexistência de dois tipos de contrato para uma mesma área: o contrato da cessão onerosa, assinado entre a Petrobras e a União em 2010, e contrato de partilha, válido para os volumes que foram negociados no leilão dos excedentes da cessão onerosa, em 2019. A licitação previa que os vencedores da rodada pagassem à brasileira uma compensação pelos investimentos no campo anteriores à entrada dos novos sócios. pelo acordo, CNOOC e CNODC pagarão US\$ 2,94 bilhões à brasileira.

Gerk acredita que, com o acordo fechado, o leilão dos excedentes da cessão onerosa de Sépia e Atapu deste ano deverá atrair o interesse das grandes petroleiras. As duas áreas chegaram a ser ofertadas em 2019, mas a falta de clareza sobre os valores da compensação afastou investidores. “Isso não existe mais. Está tudo claro e definido e vai aumentar demais a atratividade desse processo.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Projeto pode gerar fuga de investimentos, diz tributarista

Para Heleno Torres, haverá retirada de valores investidos em juros sobre capital próprio

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Heleno Torres: haverá retirada de valores investidos em juros sobre capital próprio — Foto: Claudio Belli/Valor

O pacote de medidas do governo para mudar as regras de tributação sobre a renda de empresas e pessoas físicas pode gerar fuga de investimentos do Brasil. Além disso, vai na contramão do mundo ao desincentivar a recuperação da economia no pós-pandemia. Quem afirma é o advogado Heleno Taveira Torres, professor titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo o tributarista, a proposta do Executivo de acabar com os juros sobre capital próprio (JCP) e com a isenção sobre a distribuição de dividendos pode ser um “tiro no pé” em um contexto em que países, como os Estados Unidos, estão com medidas tributárias focadas para voltar a internalizar investimentos alocados em outros países.

“Retirar ambos de forma abrupta e de uma só vez pode ser bomba-relógio para investimentos. Vai haver a retirada de valores investidos em JCP no Brasil”, afirmou ele, acrescentando que os juros sobre capital próprio representam 40% do total investido nas empresas, com montante de R\$ 1,7 trilhão. “Imagina a saída abrupta desse valor? Seria uma tragédia”, disse Torres, que participou ontem da **Live do Valor**.

O agronegócio e os setores imobiliário e de serviços - que impulsionaram a economia durante a pandemia -, afirmou o advogado, são os mais “agressivamente” afetados pelo aumento da carga tributária resultante da proposta, que agora tramita na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 2.337).

“Precisamos de medidas tributárias que incentivem a recuperação econômica. Há setores que foram arrasados pela pandemia. A proposta vai no caminho contrário ao elevar o custo da atividade com tributação”, disse.

Para o professor, o Congresso deve trabalhar para estabelecer uma regra de transição e rever a alíquota proposta de 20% sobre dividendos. “É uma alíquota alta. Devemos pensar em baixar a 15% ou mesmo a 10% para depois avançar para alíquota maior.”

Seria necessária uma regra de transição de “cinco ou dez anos”, acrescentou, para que as empresas possam se adaptar, sob pena de uma mudança abrupta gerar mudança de expectativas e fuga de investimentos em um momento em que os países precisam estimular a recuperação econômica no pós-pandemia.

“Vai sendo tirado um percentual do IRPJ [Imposto de Renda da Pessoa Jurídica] e passa para a tributação do lucro para o investidor, o que é corretíssimo”, disse ele, apontando que outro projeto de lei, o de nº 2015, de 2019, está bem estruturado e poderia ser usado como norte pelo Congresso. De autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), a proposta tributa a 15% os dividendos distribuídos.

De acordo com Torres, a proposta do Ministério da Economia teria que ser aprovada neste ano pelo Congresso para passar a valer a partir do ano que vem. Seria inconstitucional, afirmou, a tentativa do governo de tributar dividendos e acabar com a dedução com JCP auferidos antes da entrada em vigor da medida. “A judicialização está pronta se o governo pretender tributar lucros auferidos antes”, disse ele, acrescentando que o Supremo Tribunal Federal já tem entendimento nesse sentido.

Normas de isenção, explicou, operam efeitos até o fim de cada exercício financeiro. Logo, segundo o tributarista, a estimativa de arrecadação do governo de R\$ 32 bilhões em abril de 2022 precisa ser “completamente reavaliada”.

Ele considera ainda que o projeto induz planejamentos tributários, o que pode fazer com que a expectativa de arrecadação projetada pelo governo não se confirme. Para ele, há claramente objetivos eleitorais com a proposta. “Não considero uma reforma tributária. É um pacote de boas intenções para aumentar a arrecadação.”

O advogado defendeu a tramitação conjunta dessa proposta com a que unifica o PIS e a Cofins (PECs 45 e 110, de 2019, que institui a CBS), tributos que recaem sobre o faturamento das empresas. Isso porque é da receita das companhias - tributadas pelas contribuições - que nasce o lucro líquido, base da tributação do Imposto de Renda e da distribuição de dividendos.

“Por uma opção, o Brasil é o único país que tributa o faturamento. Por isso, um não pode andar sem o outro. Nossa tributação sobre o consumo é alta e essa concentração faz com que o lucro da empresa seja menor do que seria em outros países”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Fotos arrepiantes de como os vikings eram na verdade

DESAFIOMUNDIAL

Quadro fiscal pode pressionar o câmbio, diz BIS

Impacto das políticas monetária e fiscal pode ser diferente do esperado quando fundamentos estão deteriorados

Por Estevão Taiar — De São Paulo

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Brasil mostra que as políticas monetária e fiscal de qualquer país podem ter efeitos sobre o câmbio diferentes do que é esperado quando “os fundamentos fiscais estão se deteriorando e a preocupação dos mercados com a sustentabilidade da dívida está crescendo”. É o que mostra estudo do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), considerado o banco central dos bancos centrais. O trabalho foi baseado em estatísticas brasileiras, mas suas conclusões podem ser transferidas para todos os países, de acordo com os autores.

“A combinação de regime de câmbio flutuante, banco central independente e uma história de crises recorrentes de dívida torna o Brasil o caso ideal para testar a nossa hipótese”, escrevem em inglês os economistas Enrique Alberola, Carlos Cantú, Paolo Cavallino e Nikola Mirkov.

Para o trabalho, o grupo analisou os resultados de 147 reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) entre 2001 e 2017 e 177 divulgações de resultados primários mensais feitas pelo Banco Central (BC) a partir de 2013. Além disso, os economistas apresentaram dois regimes fiscais: o “ricardiano”, em que o câmbio se comporta como o esperado; e o “não ricardiano”, em que riscos de calote da dívida “impulsionam o prêmio de risco da moeda e afetam a maneira como a taxa de câmbio reage a choques” de qualquer uma das duas políticas.

Os números mostram que um choque “monetário contracionista”, como uma elevação da Selic mais forte do que o esperado, “pode levar a uma depreciação, em vez da apreciação, da moeda doméstica se a dívida não está garantida por futuros superávits fiscais”.

No caso da política monetária, em um regime ricardiano, uma elevação “inesperada” da taxa Selic em 1 ponto percentual leva a uma apreciação do real entre 0,21 ponto e 0,24 ponto. Já em um “período em que a política fiscal aparenta seguir um regime não ricardiano, o mesmo choque deprecia o real entre 0,25 ponto e 0,27 ponto”.

“Esses resultados sugerem que, enquanto em tempos normais a taxa de câmbio indubitavelmente se aprecia após uma surpresa positiva na política monetária, em período de instabilidade fiscal o sinal da resposta muda”, dizem.

No caso da política fiscal, em um regime ricardiano “a taxa de câmbio não responde significativamente a surpresas”. Mas em um regime não ricardiano ela é “fortemente significativa”: um déficit primário 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) maior do que o esperado leva a uma depreciação do real entre 0,21 ponto e 0,26 ponto.

Os autores identificaram dois períodos dos últimos 20 anos em que o regime fiscal brasileiro pode ser considerado não ricardiano: entre março e outubro de 2002, durante a eleição presidencial; e entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015.

Nos dois casos, “a política fiscal, fosse a efetiva ou a esperada, foi considerada insustentável por agentes do mercado”, segundo os economistas do BIS.

“Na verdade, ambos os episódios foram classificados como período de dominância fiscal”, apontam eles. Em um cenário de dominância fiscal, a dívida pública estaria em uma trajetória tão insustentável que elevações da taxa básica de juros poderiam ter efeito oposto ao desejado sobre a inflação, pressionando ainda mais os preços.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que cria e regenera novos fios de cabelo após os 40 anos de idade

FOLICAPS

Conteúdo Publicitário

Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"

UM SÓ PLANETA

Reforma do IR desestimula adoção de holding familiar

Proposta eleva tributação e antecipa pagamento do imposto

Por Beatriz Olivon — De Brasília

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Natalia Zimmermann: saída seria equiparar tributação da holding à da pessoa física — Foto: Divulgação

A proposta de reforma do Imposto de Renda torna menos vantajosa a adoção de holding familiar para planejamento patrimonial e sucessório. Prevê aumento de tributação, com a cobrança sobre dividendos, além de antecipação do pagamento do imposto, que passará a incidir antes mesmo da distribuição do lucro.

As holdings são adotadas hoje pelas vantagens fiscais que oferecem - por meio da tributação de pessoa jurídica. São estruturas montadas para a gestão, por exemplo, de imóveis, incluindo propriedades rurais, e de investimentos no exterior, que se tornaram mais comuns a partir de 2016 com o programa de repatriação - o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct).

Pelo texto enviado ao Congresso Nacional, porém, elas perdem parte dos atrativos. Uma das principais mudanças recai sobre investimentos em paraísos fiscais. Nesse caso, a mudança é no momento da tributação.

O projeto estabelece que lucros decorrentes de participação em controladas no exterior serão considerados disponibilizados para a pessoa física controladora residente no Brasil na data do balanço que tiverem sido apurados e ficarão sujeitos à tributação do Imposto de Renda quando a controlada estiver em paraíso fiscal - até o último dia útil do mês após a disponibilização e deverá compor a base de cálculo na declaração de ajuste anual.

De acordo com Luiz Felipe Ferraz, do escritório Mattos Filho, já havia previsão nesse sentido na Medida Provisória nº 627, de 2014, que acabou ficando de fora na conversão em lei. "Há uma mudança muito grande no momento da tributação", afirma ele, acrescentando que a questão deve gerar muita discussão no Congresso Nacional.

Ferraz explica que a tributação, pelo texto, ocorre no ano em que o lucro for apurado, mesmo que seja distribuído muitos anos depois. "Em alguns casos, você vai tributar antes de a pessoa receber", diz.

A mudança, afirma Luciano Ogawa, sócio do Ogawa, Lazzeroti e Baraldi Advogados, cria uma "tributação fictícia". Em regra, explica, as pessoas físicas são tributadas pelo regime de caixa (no momento do efetivo pagamento) e o texto considera distribuído lucro que apenas foi apurado. "É semelhante ao que Receita Federal tenta fazer para empresas com controladas e coligadas no exterior", diz.

Ele lembra que, para as empresas no regime de competência, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu pela constitucionalidade da medida. O caso tratava de controladas localizadas em paraísos fiscais. "Essa tributação está em linha com as diretrizes da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]. É uma tendência mundial, não é uma medida absurda."

As empresas no exterior, diz Joanna Rezende, sócia do Velloza Advogados Associados, não são estruturadas só com finalidade fiscal. São constituídas, acrescenta, como veículo de agregação de investimentos internacionais com finalidade sucessória, de governança corporativa e familiar.

As holdings imobiliárias, de acordo com Natalia Zimmermann, sócia do mesmo escritório, são adotadas por motivos semelhantes. “Imagina se tem um irmão que não fala com outro e são donos dos mesmos imóveis. O gestor resolve qualquer problema”, afirma.

Para serem legítimas, as holdings imobiliárias, que reúnem os imóveis de uma pessoa física ou família, precisam funcionar como uma empresa, ter um gestor. O valor dos aluguéis deve ser pago em conta única. Hoje, a Receita Federal considera fraude casos em que há abertura de empresa e transferência de patrimônio, mas não há gestão.

Na pessoa física, há dois momentos de cobrança do Imposto de Renda. A receita proveniente de aluguel está sujeita à tributação de até 27,5% (acima de R\$ 4.900). Na venda, deve ser apurado ganho de capital também sujeito a alíquotas progressivas de 15% (para valores até R\$ 5 milhões) a 22,5%.

Já no caso de holding optante pelo regime do lucro presumido, 32% da receita de aluguel é tributada. Imposto de Renda, CSLL, PIS e Cofins somados correspondem a 14,5% do montante total.

A alíquota sobre venda vai depender da origem do imóvel. Se for um ativo imobilizado, a tributação é de 34% e pode incidir PIS e Cofins - no lucro real ou presumido. Se for de estoque (imóvel que não é de uso nem aluguel), varia entre 6% e 8%.

Pela proposta, os dividendos resultantes dessas operações passam a ser tributados. E as holdings imobiliárias deverão obrigatoriamente ficar no regime do lucro real - menos vantajoso.

Para Natalia Zimmermann, o projeto poderia equiparar a tributação da holding à da pessoa física, para não desestimular a adoção dessas estruturas. “Acho que eles estão mirando numa situação e acertando outra”, afirma ela, sobre a desconfiança da Receita Federal de que holdings são montadas hoje só para evitar a tributação na pessoa física.

Esse tipo de estrutura também é utilizada no agronegócio, segundo Cristiano Carvalho, sócio do CMT Advogados. Mas com a mudança, diz, ficará muito cara e vai valer mais a pena deixar a tributação na pessoa física. “O uso de holdings aumentou quando surgiu a isenção dos dividendos, nos anos 90”, afirma ele, destacando que, apesar do incentivo tributário, a grande função dessas estruturas é ajudar na governança.

Pedro Carvalho, do mesmo escritório, explica que, como muitos negócios são familiares, é mais fácil estruturar uma holding e distribuir os dividendos. “Com a proposta de reforma a tributação vai de zero para 20%. Acaba com a vantagem”, afirma.

As alterações na tributação de holdings, de acordo com Kleber Cabral, presidente do Sindifisco Nacional, que congrega os auditores fiscais, são algumas das medidas antielisivas positivas do texto. “O

planejamento tributário envolvendo holdings de imóveis não é ilegal, mas distorce o sistema. É uma das disfuncionalidades do Imposto de Renda.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que cria e regenera novos fios de cabelo após os 40 anos de idade

FOLICAPS

Mais do Valor Econômico



Sem acordo sobre protocolos contra covid-19, Austrália cancela Grande Prêmio de F-1

Evento, que já tinha sido adiado, estava marcado para novembro

06/07/2021 10:18 — Em Mundo

CPI da Covid ouve servidora que autorizou compra da vacina Covaxin

Regina Célia Silva Oliveira seria ligada ao líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Ricardo Barros (PP-PR), o que ele nega

Reforma tributária acentua perda de fundo imobiliário

Desde o início da pandemia, os fundos de tijolo, que investem em imóveis, foram os que mais sofreram com as medidas restritivas

Por Yasmim Tavares — De São Paulo

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Apesar do susto que o mercado de fundos imobiliários levou depois que o governo entregou a proposta da segunda fase da reforma tributária ao Congresso, a verdade é que as perdas dos FIs não se devem apenas ao risco do fim da isenção fiscal sobre os rendimentos distribuídos. A classe, cujo principal indicador, Ifix, acumulava queda de 4,02% no ano até o mês passado, parece caminhar em cima de uma corda bamba em 2021.

Entre janeiro e abril, quase todos os segmentos de fundos de investimentos imobiliários (FIs) sofreram recuos, com exceção da categoria de renda fixa, que tem a carteira concentrada em recebíveis imobiliários (CRIs) e outros títulos. Em maio, no entanto, nenhum segmento conseguiu sair ileso. E, em junho, o cenário turbulento prevaleceu, mas com algo ainda mais negativo em razão da proposta que visa a tributação de 15% sobre os rendimentos distribuídos pelos FIs às pessoas físicas.

Caio Ventura, analista da Guide, destaca que o anúncio da antecipação do cronograma de vacinação em São Paulo no início de junho foi visto com otimismo pelo mercado e evitou perdas maiores dos fundos imobiliários. Ele ressalta, entretanto, que o fluxo positivo não foi suficiente para conter a queda do índice de referência desse mercado. “O Ifix caiu 1,56% em maio e em junho seguiu um ritmo ainda mais intenso, com 2,19% de recuo, devido à reforma tributária e aos ruídos sobre inflação, além das reflexões sobre a atratividade do setor como um todo”, pondera.

Os dois últimos meses podem ser esquecidos pelos investidores de fundos imobiliários. Nem aqueles com uma carteira bem diversificada conseguiram escapar das perdas da categoria no período. Até o segmento de renda fixa, que segurou a ponta do Ifix nos quatro primeiros meses do ano, não escapou.

Conforme levantamento realizado pela Quantum Axis para o **Valor Investe**, em junho, até o dia 25, o segmento de lajes corporativas foi o único que ficou no azul, e por pouco. Na outra ponta, os fundos imobiliários de recebíveis, CRIs e outros títulos tiveram o segundo mês negativo no ano, após resultados atraentes nos períodos anteriores. As maiores perdas, no entanto, vieram dos setores residencial e de fundos de fundos (FOFs).

Sobre o desempenho do segmento de lajes corporativas, Ventura lembra que, atualmente, os fundos estão ainda mais descontados que os de shopping. Por tal razão, complementa, o setor consegue segurar mais as pontas devido à dinâmica de “valuation” que apresenta. “Quando olhamos para lajes, enxergamos dois problemas: quando a sociedade vai voltar à normalidade? E, o segundo ponto crucial: como será a retomada?”, observa. “Então, o cenário para o setor é complicado e ainda existe a percepção de risco por parte dos investidores”, afirma.

O segmento residencial, por sua vez, composto apenas por um fundo listado na B3, o Mérito Desenvolvimento Imobiliário I FII (MFII11), possui, na visão de Ventura, dois motivos para ter apresentado o pior desempenho no período. “O primeiro trata-se da alta de juros, pois a perspectiva de vendas fica mais deteriorada visto que o custo para financiamento de imóveis aumenta.” O segundo ponto diz respeito à menor liquidez da categoria, que é recente no mercado e, por isso, pode sofrer volatilidades mais acentuadas.

Desde o início da pandemia, os fundos de tijolo, que investem em imóveis, foram os que mais sofreram com as medidas restritivas. Os shoppings precisaram fechar as portas, os serviços de hotelaria deixaram de receber hóspedes e os escritórios ficaram vazios com a adoção de home office por parte das empresas.

Leia a reportagem completa no site www.valorinveste.com

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Por que as pessoas estão comprando este novo relógio?

NEWUNIVERSO

Saiba Mais

Relator estuda IR progressivo sobre lucros e dividendos

Proposta do governo prevê a cobrança de uma alíquota única de 20%

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

06/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Sabino sobre mudança na taxação de dividendos: “Estamos fazendo levantamento de cálculo para bater as contas” — Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

O relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou a parlamentares que estuda tornar progressiva a taxa sobre distribuição de lucros e dividendos das empresas, com uma

tabela por faixas nos moldes do que ocorre com o Imposto de Renda das Pessoas Físicas. A proposta do governo prevê a cobrança de uma alíquota única de 20%.

Sabino confirmou ao **Valor** que a mudança está em avaliação e que ele e a Receita Federal estão fazendo os cálculos sobre o tema, mas afirmou que é prematuro dizer que será esse o caminho adotado. “Alguns fizeram essa sugestão e estamos fazendo levantamento de cálculo para bater as contas. Está fechado que vai ser tabela progressiva? Não. Está fechado que vai continuar do jeito que está? Também não”, comentou.

O projeto do governo estabeleceu que os valores distribuídos pelas empresas aos acionistas como lucros e dividendos pagarão 20% do novo tributo, com uma isenção para repasses de até R\$ 20 mil por mês apenas para micro e pequenas empresas (faturamento de até R\$ 4,8 milhões). A cobrança seria uma compensação à redução de cinco pontos percentuais no Imposto de Renda das pessoas jurídicas (que cairia de 25% para 20% e se soma a 9% de CSLL).

A mudança causou reação dos empresários, que reclamam que a reforma propõe uma supertaxação como forma de compensar o aumento da faixa de isenção para as pessoas físicas. Segundo dados iniciais do governo, as empresas e empresários pagarão R\$ 45 bilhões a mais de imposto em três anos se o projeto for aprovado.

A conta foi feita pelo partido Novo, que listou que, de 2022 a 2024, a redução de 25% para 20% de IRPJ reduziria os custos das empresas em R\$ 99,25 bilhões, mas que o fim dos “Juros sobre Capital Próprio” aumentariam os gastos delas em R\$ 17,53 bilhões e a taxa dos dividendos cobraria R\$ 127,55 bilhões dos empresários sobre os lucros distribuídos.

Para o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), a taxa dos dividendos é correta, mas foi excessiva. “Tudo é dosagem. Os 20% estão muito altos e penalizam quem toma risco, quem abre o próprio negócio, quem põe capital para formar uma empresa e contratar gente”, disse. “É melhor fazer ‘day trade’ ou comprar sem risco títulos do Tesouro, que são tributados em 15%, do que assumir o risco do negócio próprio. Isso desestimula o empresário”, afirmou.

Segundo comentários iniciais relatados ao **Valor** por deputados, uma ideia em discussão seria adotar um sistema parecido com o das pessoas físicas, que pagam de zero a 27,5%, dependendo da faixa de renda. O modelo poderia ser replicado para a distribuição de lucros das empresas, aumentando as taxas dos grandes empresários e poupando mais os pequenos.

Sabino disse que todas as hipóteses estão em avaliação e que seu relatório “terá boas alterações” em relação a proposta inicial do governo, mas destacou que é a favor de taxar a distribuição de lucros e dividendos e citou que 20 mil pessoas receberam R\$ 320 bilhões em dividendos no ano passado sem pagarem nada na pessoa física, grupo de onde partiriam as críticas ao projeto. “A taxa é justa, necessária e o momento é oportuno para discussão”, afirmou.

O relator comentou ainda que “estão no radar” as reclamações do mercado imobiliário sobre o fim da isenção dos fundos imobiliários, que passariam a ser taxados em 15%, mas que não há decisão sobre isso. Ele ressaltou que está verificando as contas da Receita para ver onde há sobra de arrecadação para

depois decidir com os deputados como utilizar o dinheiro. “Não posso falar precisamente a quantidade da gordura no projeto, mas há”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Power Cooler está sendo vendido a preço de atacado!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Próstata inchada e bexiga cheia? Homens em Salvador estão fazendo isto 2x ao dia.

CUIDAPROST

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

A bota mais vendida de 2021, agora, com um super desconto!

BOTA CATERPILLAR

Mais do Valor Econômico



CPI da Covid ouve servidora que autorizou compra da vacina Covaxin

Regina Célia Silva Oliveira seria ligada ao líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Ricardo Barros (PP-PR), o que ele nega

06/07/2021 10:00 — Em Política

Spcine publica edital para atrair filmagens na cidade de São Paulo

Produções estrangeiras devem ter gasto mínimo de R\$ 2 milhões e podem ter reembolso de 20% a 30% dos gastos; inscrições começam no dia 6 de outubro

06/07/2021 09:58 — Em Eu &

Senado começa a votar indicações de cargos no Executivo

CCJ e CAE aprovaram nomes para a presidência do Cade, TST, STM e diretorias do Banco Central, CVM e da IFI

Por Vandson Lima, Estevão Taiar, Murillo Camarotto e Renan Truffi — De Brasília

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem nomes para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para ministros dos Tribunais Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM) e para diretorias do Banco Central, Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e da Instituição Fiscal Independente (IFI). Todos os indicados precisam ter sua aprovação confirmada pelo plenário do Senado, o que deve ocorrer hoje. Ontem, teve início a semana de esforço concentrado do Senado para votar indicações de autoridades.

Nos bastidores, o preenchimento de cargos importantes em vários escalões da administração está movimentando os senadores, que aproveitarão as votações, obrigatoriamente presenciais, para tratar de outras escolhas ainda em discussão, como o novo ministro do Supremo Tribunal (STF), o chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR) e uma possível vaga no Tribunal de Contas da União (TCU).

Indicado ao comando do Cade, o superintendente-geral do órgão, Alexandre Cordeiro Macedo, avaliou que o aumento do “nível de concentração é uma tendência mundial”. “A missão do Cade é, mais que evitar o monopólio, evitar o abuso das empresas nessa posição”. Para ele, diversos desafios no mundo pós-pandemia virão, em especial aumentos de concentração em alguns mercados. “Isso vai exercer pressão sobre preços”. Ligado ao PP, ele foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para assumir a presidência do órgão antitruste no lugar de Alexandre Barreto, a quem estaria prometida a vaga de superintendente.

Tudo estava encaminhado para uma troca de cadeiras quando o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) entrou no jogo e apresentou um nome de sua preferência, que estaria em discussão. A superintendência do Cade tem grande importância, pois dá o respaldo técnico para as decisões do conselho em negócios bilionários.

A economista Fernanda Guardado, indicada para a diretoria de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do BC, afirmou que o crescimento da economia no Brasil está “desigual”. “Tem setores que estão sofrendo”, disse. Ela lembrou que “indicadores de atividade mais recentes têm surpreendido para cima”, o que tem causado revisões altistas nas projeções para o crescimento do

Produto Interno Bruto (PIB). “Estamos tendo resiliência maior da economia ao longo dessas novas ondas, o que foi surpreendente”, disse.

Na CCJ, Alberto Bastos Balazeiro e Amaury Rodrigues Pinto Junior receberam aval para ocuparem postos de ministros do TST. O almirante de esquadra Cláudio Portugal de Viveiros também foi aprovado para ministro do STM.

As articulações também são intensas nas agências reguladoras. Na semana passada, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, retirou todas as indicações para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ele manteve apenas uma indicação, justamente de um diretor que já foi chefe de gabinete do deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Por que as pessoas estão comprando este novo relógio?

NEWUNIVERSO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

Conteúdo Publicitário

Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"

UM SÓ PLANETA

Polícia Militar gasta R\$ 2,2 milhões em 9 carros elétricos, mas não vai levar bandidos neles

UM SÓ PLANETA

Transação terá crédito tributário e prazo maior

Prazo de pagamento pode passar para 120 meses

Por Fabio Graner — De Brasília

06/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo pediu e a tendência é que o projeto do novo Refis que está sendo discutido no âmbito do Senado traga mudanças nas regras da transação tributária, mecanismo de renegociação de dívidas das empresas com a União de forma mais individualizada. Segundo o **Valor** apurou, as costuras entre a área econômica e o Senado evoluíram para ampliação do prazo de pagamento nas transações para 120 meses (hoje a lei limita a 84 meses), e para a possibilidade de uso de crédito tributário para abater a dívida em até 70% (hoje a lei não permite isso).

Com isso, as condições de renegociação de dívidas fiscais devem ficar mais favoráveis. O projeto que cria o novo Refis para as empresas por conta da pandemia é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). A matéria está sendo relatada pelo próprio líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-AC).

Os técnicos do governo e do Senado têm se reunido nas últimas semanas para tentar um acordo. Apesar de ser contra um Refis tradicional (que é diferente da transação tributária porque no mecanismo mais antigo os descontos e benefícios são iguais para todos, independentemente da capacidade de pagamento individual do contribuinte), o governo sabe que vai ser muito difícil segurar essa medida, que conta com o patrocínio do presidente da Casa. Pacheco, aliás, também não anda no melhor momento na relação com a área econômica.

Dessa forma, o esforço agora é para minimizar os danos do novo Refis e aproveitar para aperfeiçoar a transação. Nesse sentido, algumas propostas foram levadas ao Senado, buscando estabelecer limitações mais claras para o Refis, como a comprovação de que a empresa efetivamente perdeu faturamento. Além disso, o governo tem alertado que o Tribunal de Contas da União (TCU) exige medida compensatória em caso de Refis, que é, do ponto de vista fiscal, considerado uma renúncia de receitas, o que não ocorre com a transação tributária, voltada somente para quem comprovadamente não pode quitar seus débitos.

Originalmente, o governo queria apenas fazer o chamado “passaporte tributário”, aperfeiçoando a legislação atual da transação tributária e abrindo caminho não só para renegociação de dívidas comuns junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mas também para uma

grande negociação envolvendo “teses tributárias”, na qual se buscaria limpar o passivo das companhias em disputa mais complexas tanto na esfera administrativa como no judiciário.

Nesse ano, o governo abriu pela primeira vez uma transação tributária de tese. Ela trata das disputas entre governo e contribuintes sobre a incidência de contribuição previdenciária em Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

O mecanismo da transação tributária foi criado ainda no primeiro semestre do ano passado e é um formato que tem agradado muito a área econômica do governo, pois tem ajudado a “engordar” os cofres federais, com menos incentivos para os “maus pagadores”.

Está prevista para sexta-feira uma sessão de debates entre os senadores para discutir o projeto relatado por Bezerra. A expectativa é que até lá já esteja finalizado um parecer para que os congressistas façam um debate em cima de algo mais concreto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Um tanque para cada estratégia; escolha a sua.

WORLD OF TANKS PC

Jogar

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

Conteúdo Publicitário

Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"

UM SÓ PLANETA

Cientista australiano que "conversa" com sapos teme silêncio dos anfíbios

Vitória no STF e não cumulatividade do PIS/Cofins

A desconsideração do ICMS na apuração de créditos de PIS/Cofins somente poderá ser operada em razão de disposição legal

Por Renato Nunes

06/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Conforme amplamente noticiado, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente julgou os embargos de declaração opostos contra a decisão proferida em 15 de março de 2017 no RE 574.706/PR, encerrando a discussão a respeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, decidindo que o montante daquele imposto a ser excluído deve equivaler ao quanto “destacado”.

No calor das discussões sobre as repercussões do resultado do julgamento em causa, passou-se a questionar se o contribuinte que apura o PIS/Cofins segundo o regime não cumulativo poderá continuar incluindo o montante do ICMS no cálculo dos créditos sobre as aquisições de bens e serviços sujeitos a esse imposto. Chegou a ser noticiado até que a Receita Federal estaria avaliando promover o recálculo dos créditos de PIS/Cofins, de modo a promover a exclusão do montante do ICMS da sua base de apuração.

A desconsideração do ICMS na apuração de créditos de PIS/Cofins somente poderá ser operada em razão de disposição legal

Já antecipando a nossa conclusão sobre o tema, a resposta é sim. O contribuinte poderá continuar considerando o ICMS no cálculo dos créditos de PIS/Cofins sobre aquisições sujeitas a tal imposto.

As discussões sobre o tema acentuaram-se na medida em que se constatou que houve uma singela alteração na redação dos dispositivos de instruções normativas da Receita Federal que tratam do tema. Na IN SRF nº 404/04, artigo 8º, parágrafo 3º, II, era expressamente previsto que o ICMS integraria o valor do custo de aquisição de bens e serviços, enquanto que na IN RFB nº 1.911/19, que “sucedeu” aquela e é posterior ao julgamento do RE 574.706/PR, inexistia disposição em tal sentido.

A solução, a nosso ver, pode ser facilmente resolvida analisando-se as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que regulam o regime não cumulativo do PIS/Cofins. Ambas as leis preveem em seu artigo 3º as aquisições de bens, direitos e serviços que dão direito a crédito e, no parágrafo 1º, que esse deve ser calculado sobre o valor dos itens correspondentes, isto é, com base no quanto se tenha incorrido para adquiri-los, mediante a aplicação dos percentuais de 1,65% para a contribuição ao PIS e 7,6% para a Cofins.

Sobre a verificação do valor dos itens adquiridos sujeitos ao ICMS, um dos diplomas que desempenha o papel de norma geral do imposto em causa, na forma dos artigos 146, III, e 155, parágrafo 2º, XII, da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 87/96 determina expressamente em seu artigo 13, parágrafo 1º, I, que o montante do ICMS integra o valor da operação, isto é, o preço da mercadoria ou serviço.

O famigerado “cálculo por dentro” do ICMS, é importante rememorarmos, foi novamente chancelado pelo STF há alguns anos (RE 582.461/SP) e, a nosso ver, surte efeitos para além da esfera tributária, posto que termina regulando a própria formação de preço pelo contribuinte.

Se, como diria um saudoso dirigente de futebol, “uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa”, então, de um lado, o ICMS deverá continuar integrando o preço da mercadoria ou serviço e, portanto, a base de apuração de créditos de PIS/COFINS e, doutro, deverá ser excluído da base de cálculo dessas contribuições, na forma do quanto decidido pelo STF no RE 574.706/PR.

Vale recordarmos que esse tema do “cálculo por dentro” do ICMS é mais antigo do que parece. Isso já era previsto pelo Decreto-Lei nº 406/68 e serviu para que a Receita Federal, em 1972, por meio do Parecer Normativo CST nº 70, se manifestasse sobre os seus impactos quanto ao custo de aquisição de itens sujeitos ao antigo ICM: “Nos termos da lei, o ICM tem por base de cálculo ‘o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria’, integrando este valor o montante do próprio tributo; conseqüentemente este integra o preço da mercadoria ou o seu custo e dele não pode ser destacado na avaliação dos estoques, quando da apuração dos resultados”.

Um ponto que também merece ser comentado é o fato de que as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 não se referem ao quanto de PIS/Cofins tenha incidido na aquisição de bens, direitos e serviços, fazendo relevante somente a circunstância de ter havido ou não incidência das contribuições em tela.

O que queremos dizer é que, sendo a “entrada” tributada por PIS/Cofins, via de regra, o montante incidente ou como esse foi calculado são informações irrelevantes para a apuração de créditos. Trata-se de técnica de não cumulatividade, a do PIS/Cofins, distinta da empregada pelas legislações do IPI e do ICMS, em que o creditamento dá-se em relação ao imposto incidente no âmbito do fornecedor - tributo contra tributo. Tanto é assim que o contribuinte que adquire itens de um contribuinte no regime cumulativo e, desta forma, sujeito a uma carga de 3,65%, poderá se creditar à razão de 9,25%. Indo além, até mesmo as aquisições de contribuintes que apurem o PIS/Cofins no âmbito do Simples devem gerar créditos à razão daqueles mesmos 9,25%.

Pelos motivos que expusemos, entendemos que os contribuintes continuam tendo direito a considerar o ICMS no cálculo de créditos de PIS/Cofins sobre itens sujeitos a tal imposto, a despeito do quanto decidido pelo STF no RE 574.706/PR. A desconsideração do ICMS na apuração de créditos de PIS/Cofins somente poderá ser operada em razão de disposição legal veiculando expressamente regulação de tal ordem - e que ainda não existe, diga-se -, jamais por meio de interpretação da legislação atualmente vigente.

Renato Nunes é advogado em São Paulo, sócio de Machado Nunes Advogados, especializado, mestre e doutor em Direito Tributário pela PUC/SP e professor da FGV, da USP/Esalq e do Insper

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Um tanque para cada estratégia; escolha a sua.

WORLD OF TANKS PC

Jogar

LINK PATROCINADO

Veja como os Europeus estão saindo em seus finais de semana!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O melhor tênis de 2021 agora com desconto imperdível.

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Confira a foto dessa mulher e veja como ela está melhor!

BIOFORCE

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Esse varal multifuncional vai revolucionar sua maneira de secar roupas

IVIRTUAL SHOP

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Este elefante passa horas escavando um local. Quando ele finalmente encontrou o que estava procurando, todos ficaram sem palavras

TRENDSATCHERS

Mais do Valor Econômico

Embrapa cria nova técnica para calcular sequestro de carbono na pecuária

Sistema considera emissões de gases tanto dos bovinos quanto de outras etapas da criação nas fazendas e a retenção dos poluentes no caule das plantas

06/07/2021 10:28 — Em Agronegócios

Pesquisa Febraban: Todos os entrevistados esperam que Selic suba para cima de 6,5%

PIB deve avançar para 5% e o câmbio se estabilizar em R\$ 5,10 no fim de 2021, segundo levantamento

06/07/2021 10:27 — Em Finanças